AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 40 | Nº 06 | JUNHO 2020 | R$ 15,00



COM EXCEÇÕES, A ECONOMIA DO AGRO TEM RESISTIDO À COVID-19

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

CONFINAMENTO GRANDE CHANCE DE PREJUÍZO

AGROENERGIA AVANÇA A PRODUÇÃO DE ETANOL DE MILHO

COOXUPÉ COLHEITA INICIA COM MEDIDAS PREVENTIVAS À COVID-19

#VEMCOOPERAR



ATITUDES SIMPLES MOVEM O MUNDO.

O **Dia C** é um compromisso das cooperativas brasileiras na busca por um país mais justo e feliz. São milhares de iniciativas voluntárias que promovem a responsabilidade social e levam desenvolvimento para as comunidades. **Participe!**

Dia de Cooperar

diac.somoscooperativismo.coop.br

somos coop
Somos o cooperativismo no Brasil

SESCOOP/SP
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Instagram: /fgvagro
Facebook: /fgvagro
Twitter: @fgvagroanalysis
YouTube: FGV Agro

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

O AGRO RESISTE AO NOVO CORONAVÍRUS

MESMO COM todos os solavancos políticos, o agronegócio tem resistido à pandemia de COVID-19. É verdade que alguns atores do setor estão sofrendo – como, por exemplo, os de hortifrútis, ovos e flores –, mas, de maneira geral, dado o tamanho da recessão, o setor respira.

Falta ver como será o Plano Safra e as suas taxas de juros. Falta esclarecer as regras de crédito, por exemplo, do patrimônio em afetação como garantia bancária, que parece ser uma medida muito boa, mas que ainda precisa ser melhor explicado. O que já está evidente, como temos repetido, é que a inflação será muito baixa e a tendência do dólar é de queda em relação ao real. Depois de encostar nos R$ 6,00, o dólar já recuou 10% em quinze dias. Apesar da grande volatilidade, o movimento é de queda.

O Governo terá de continuar gastando para sustentar os menos favorecidos e os mais atingidos pela quarentena. Ainda neste ano, teremos um aumento de impostos, necessário para pagar a conta dessa elevação de gastos do Governo. Por enquanto, parecem evidentes um aumento do imposto de renda das pessoas físicas e a criação de um imposto sobre dividendos e, sem dúvida, de uma nova CPMF, alta.

Os preços não serão bons para todos. O etanol vai sofrer um pouco; a soja continuará feliz; e as proteínas animais também não devem ter problemas. Por isso mesmo, ao olhar ao redor e enxergar uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) que pode passar de 5% neste ano, o setor do agro não pode reclamar.

Na análise do comércio do agronegócio com o mundo, o saldo comercial aumentou 40,8% em abril último em relação a abril de 2019. Essa expansão deu-se por conta do aumento das exportações e, ao mesmo tempo, da contração das importações. No entanto, as exportações concentraram-se em poucos setores do agro, principalmente na agropecuária, que registrou um crescimento de 41,7% na média diária das exportações em relação a março e de 54,5% em relação a abril de 2019.

Olhando para a carne bovina, as medidas para a contenção da pandemia de COVID-19 prejudicaram muito a demanda no mercado doméstico, pressionando para baixo as cotações no mercado de boi gordo. Com o aumento previsto do custo da diária, a estimativa é de um prejuízo de R$ 89,33 por cabeça para o confinamento.

No etanol, a produção a partir de milho tem crescido rapidamente no Brasil, de forma concentrada na região Centro-Oeste. Espera-se que essa trajetória de crescimento continue, podendo chegar a 7 bilhões de litros por ano em 2025/26. Se essa tendência se confirmar, a transferência de etanol de milho por cabotagem para as regiões Norte e Nordeste deverá se intensificar, transformando-se no maior eixo de suprimento de etanol para o abastecimento do déficit dessas regiões e, também, numa nova origem para a exportação de etanol ao mercado mundial.

Hoje, o País é um dos maiores produtores mundiais de alimentos, fibras e energias renováveis, mostrando ser capaz de não interromper o fornecimento de produtos mesmo em meio aos impactos da pandemia. No entanto, há um consenso sobre a necessidade de uma remodelação das formas de financiamento das cadeias agroindustriais, uma vez que o modelo dependente de mecanismos de controle e subsídio estatais demonstra esgotamento. Nesse sentido, a Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, conhecida como MP do Agro, trouxe avanços importantes para a captação de financiamentos privados no mercado de capitais depois de um amplo debate entre representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério da Economia (ME) junto às lideranças do setor. Foi a MP do Agro que inovou com a criação do patrimônio rural em afetação, mencionada no início deste Editorial.

Na Entrevista do mês, tem-se a presença marcante de Carlos Augusto Rodrigues de Melo, presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), marca tradicional no mercado de café em níveis nacional e internacional. A Cooperativa possui um quadro associativo composto de 14,5 mil cooperados, com larga predominância de pequenos e médios

produtores. Com resultado econômico bem satisfatório no exercício de 2019, a Cooxupé destaca-se pela sua capacidade de transmitir confiança para os associados diante de uma safra generosa e de preços frágeis. Com isso, o negócio de café ganha sustentabilidade para uma visão de médio e longo prazos.

Em meio à pandemia, o período de colheita de café na área de atuação da Cooxupé teve início com uma série de medidas de prevenção sendo adotadas pelos produtores para assegurar o bem-estar dos trabalhadores. A Cooxupé orientou os cooperados a seguirem os cuidados necessários contidos na cartilha produzida pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Minas Gerais (SENAR MINAS) e pelos sindicatos rurais, que seguem condutas difundidas por órgãos oficiais de saúde.

Diante da crise provocada pela pandemia de COVID-19, os custos e os benefícios das cadeias produtivas do agronegócio serão cada vez mais avaliados do ponto de vista da sustentabilidade, da saúde e da segurança (3S). Esses pontos foram pautados na última reunião do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp). Na análise 3S, uma cadeia produtiva que se destaca é a de mel e produtos apícolas. Além de essa atividade incorporar produtos saudáveis na dieta das pessoas, possibilita, do ponto de vista ambiental, a polinização e a fecundação de plantas nativas, frutíferas e exóticas. Esse processo amplia o potencial de crescimento da cobertura vegetal.

No quinto dia deste mês, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) celebra o Dia Mundial do Meio Ambiente. Trata-se de uma data importante para a sociedade obter informações relevantes sobre os impactos do homem no Planeta e adquirir uma postura consciente em relação ao uso dos recursos naturais. Pelo nono ano consecutivo, a ***Agroanalysis*** apresenta o Caderno Especial do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV). Com todas as dificuldades decorrentes da pandemia de COVID-19, a entidade mantém o ritmo normal de recolhimento das embalagens de defensivos em todo o Brasil e mantém em dia a execução do seu plano para 2020. ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

INSTAGRAM: /FGVAGRO
FACEBOOK: /FGVAGRO
TWITTER: @FGVAGROANALYSIS
YOUTUBE: FGV AGRO

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ENTREVISTA
CARLOS AUGUSTO RODRIGUES DE MELO
ESTABILIDADE QUANDO SE CONFIA NA CADEIA PRODUTIVA

10 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
REABERTURA GRADUAL

14 AGRODROPS

19 OPINIÃO DO LEITOR

20 MERCADO & NEGÓCIOS

20 CAPA EXPORTAÇÕES CAMINHAM BEM

23 CAPA CONSUMO DO NORTE-NORDESTE GARANTE A PRODUÇÃO DE ETANOL DE MILHO

25 CAPA CONFINAMENTO DEVE DAR PREJUÍZO AO PRODUTOR EM 2020

28 QUAL É O FUTURO DAS PASTAGENS NO BRASIL?

32



CAPA **COOXUPÉ**
COLHEITA COM MEDIDAS DE PREVENÇÃO À COVID-19

30 POLÍTICA AGRÍCOLA

30 AVANÇOS NO CRÉDITO RURAL COM A MP DO AGRO

34



INPEV
AGILIDADE PARA OPERAR COM SEGURANÇA DIANTE DA COVID-19

38



COSAG/FIESP
APICULTURA E O USO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

44 FAESP
SEGURANÇA JURÍDICA NO CAMPO

45 CROPLIFE
ALIMENTO SEGURO PARA O BRASIL E O MUNDO

46 DIÁRIO DE BORDO
QUADRIMESTRE

47 PRODUZIR
FORMANDO LIDERANÇAS A PREÇO DE BANANA

48 OPINIÃO
COMO A COVID-19 PODE/ VAI TURBINAR O AGRO?

49 REFLEXÃO
UM TESTE PARA A NOSSA CAPACIDADE DE SUPERAÇÃO

50 PIMAGRO

ESTABILIDADE QUANDO SE CONFIA NA CADEIA PRODUTIVA

CARLOS AUGUSTO RODRIGUES DE MELO

Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé)

Da Redação

O presidente da Cooxupé aponta os caminhos para o produtor melhorar o resultado diante da mudança de cenário ocorrida devido à pandemia de COVID-19. A Cooxupé fechou 2019 com um faturamento de R$ 4,2 bilhões, sendo o volume de café Arábica recebido de 15% e 21%, respectivamente, da produção nacional e do estado de Minas Gerais. Do quadro associativo participam 14,5 mil cooperados.

NA PRESIDÊNCIA da Cooxupé desde março de 2019, Carlos Augusto Rodrigues de Melo relata os desafios enfrentados com a surpresa advinda da pandemia de COVID-19. Tem-se um depoimento que retrata a evolução e o amadurecimento de uma cultura cujos laços históricos estão atrelados à vida econômica e social do Brasil.

AGROANALYSIS: COMO FICARAM AS ESTRATÉGIAS DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19?

CARLOS AUGUSTO RODRIGUES DE MELO: Certamente, a pandemia do novo coronavírus trouxe muitos desafios aos mais variados setores econômicos e produtivos do mundo. Apesar dos impactos, o agronegócio brasileiro, dentro das suas possibilidades, manteve em atividade as cadeias de produção, processamento e abastecimento. Um ponto muito crucial consistiu na sustentação dos portos abertos, de modo a permitir o fluxo de escoamento normal das colheitas. Isso, sem dúvidas, para quem exporta, como é o nosso caso, trouxe um cenário positivo diante de tantas incertezas.

Na Cooxupé, tivemos de introduzir uma série de adaptações de amplitude geral na rotina diária, tanto da parte administrativa, quanto no campo, especialmente com a chegada do período de colheita. Os nossos cooperados receberam as devidas orientações sobre como se preparar para realizar as tarefas com menos risco e mais segurança. As mudanças implicam diminuir a quantidade de pessoas com assentos pontuais nos refeitórios e nos alojamentos. Essa exigência engloba, também, o esquema de logística e transporte. Felizmente, estamos obtendo um retorno satisfatório com essas adequações.

COM MERCADO DE GRANDE OFERTA E PREÇOS MENORES, O RESULTADO DE 2019 FOI MUITO BOM?

CARM: O bom resultado obtido dessa safra pela Cooperativa ocorreu devido a uma ótima sintonia entre as decisões dos



LAÍS PODESTÁ FOTOGRAFIA

cooperados e as variações no mercado de café. Com a reação dos preços verificada nos meses de novembro e dezembro, os associados mostraram paciência e conseguiram realizar bons negócios nos mercados físico e futuro. Esse desempenho marcou o tom em outros períodos do ano em que aconteceram situações similares. Além de termos uma colheita recorde no ciclo 2018/19, o cooperado contava com um estoque remanescente. Esse volume foi desovado e comercializado em momentos favoráveis para o fechamento de vendas.

HOJE, PODEMOS CONSIDERAR O PRODUTO MAIS ORIENTADO PARA O MERCADO, COM BAIXA INTERVENÇÃO DO GOVERNO?

CARM: Acreditamos que sim. A condução dos negócios com café, como em quase a maioria dos produtos da agropecuária brasileira, ganhou amadurecimento e profissionalização, principalmente nos últimos anos. O cafeicultor, ao mesmo tempo, passou a administrar o seu endividamento e mudou a estratégia na venda da produção. Em outras palavras, isso significa que, nos dias correntes, os cooperados adotam uma posição de venda quando o mercado tende à posição compradora. Há uma maior racionalidade nas tomadas de decisão. De forma gradativa, houve um aumento substancial na participação das operações futuras. Esse processo trouxe mais sustentabilidade para o mercado.

PRATICAR *BARTER* EM UM MERCADO DE BAIXA REMUNERAÇÃO REQUER A CONFIANÇA DO COOPERADO?

CARM: Qualquer mercado funciona com mais estabilidade quando consegue a confiança dos elos da cadeia produtiva, desde fornecedores de insumos e máquinas, passando por produtores, cooperativas, corretores e indústria (torragem, moagem e solúvel), até exportadores.

OS ASSOCIADOS MOSTRARAM PACIÊNCIA E CONSEGUIRAM REALIZAR BONS NEGÓCIOS EM UM ANO DE MUITA OFERTA.

Na nossa visão, a operação comercial não pode só visar ao *barter*; os negócios da troca da produção pelo cafeicultor precisam ser realizados no momento certo, quando ele se mostra como remunerador nas aquisições dos bens para produzir. O produtor precisa estar com uma boa relação de troca para travar os custos de produção. Essa equação fica mais simples de ser resolvida com o apoio e a efetiva inserção do crédito no sistema de produção.

A ESTRATÉGIA FINANCEIRA DIMINUIU O RISCO DE UMA OPERAÇÃO FÍSICA E FUTURA ADVERSA?

CARM: Na nossa experiência, sim. Orientamos os produtores a operarem no mercado futuro somente quando os preços estão fixados acima dos custos de produção. Nesse raciocínio, também é fundamental levar em conta a estimativa do tamanho da produção para analisar se haverá escala suficiente para baixar as despesas. Com essas informações, será possível avaliar o risco de mercado.

Quando o produtor entrega uma produção vendida no mercado físico e o preço do mercado futuro está acima do vendido, há várias possibilidades para fechar o negócio. Uma alternativa consiste em vender um pouco da parte da sobra do físico e fazer mais negócios futuros a bons preços para as próximas safras. Dizemos ser sempre melhor se arrepender de ter vendido, pois isso significa que o resto e as futuras safras valerão mais e, portanto, o nosso ativo valerá mais.

TIRAR PEDIDO E EXPORTAR CAFÉ VERDE REPRESENTA UMA NEGOCIAÇÃO ANTIGA E SUPERADA?

CARM: De forma alguma. Em primeiro lugar, a compra do torrador ocorre em um momento completamente diferente da venda dos produtores. Atualmente, a grande maioria dos negócios de café passa pelos mercados futuro e de câmbio. São muito robustas as estruturas financeira e de logística envolvidas para preparar a comercialização do produto. Essa condição competitiva privilegiada possibilita oferecer aos clientes do Brasil e do exterior vantagem diferenciada de prazo, fornecimento constante e garantia de entrega. Enfim, trata-se de um mercado bastante complexo, que demanda um vasto conhecimento junto a capacidades operacional e financeira.

A AGREGAÇÃO DE VALOR ESTÁ NO PROCESSO DE PRODUÇÃO E PÓS-COLHEITA?

CARM: Além do processo de produção e pós-colheita feito de forma cuidadosa e eficaz, agregar valor à qualidade depende de vários fatores: vai desde o clima reinante durante a colheita, passando pelo local da propriedade, até (principalmente) a força do *marketing* para a conquista de clientes. Esse trabalho exige bastante dedicação e experiência.

Fica evidente que o produtor deve olhar e buscar o mercado, mas não pode descuidar-se da lição de operar o *hedge* de parte da sua produção nos

> **“...MELHOR SE ARREPENDER DE TER VENDIDO, POIS ISSO SIGNIFICA QUE O RESTO E AS FUTURAS SAFRAS VALERÃO MAIS...”**

bons momentos. O ideal consiste em conhecer muito bem os custos e trabalhar nas três vertentes básicas, de agregar pela melhora da qualidade, diminuir os custos e participar do mercado quando estiver em posição compradora. Mas, acima de tudo, cabe, ainda, uma visão maior que compreende que o mercado de café faz parte de um mercado financeiro mundial global poderoso, capaz de interferir nos seus resultados.

COM ESTOQUES MAIS BAIXOS E COLHEITA GENEROSA, COMO ENCARAR A COMERCIALIZAÇÃO DE 2020?

CARM: Pergunta sempre difícil de responder quando se trata de café. Estamos em trânsito numa situação repleta de novidades por causa da pandemia. O evento afetou uma parcela importante do mercado de consumo: os segmentos de bares, cafeterias, restaurantes e hotéis. Trata-se de setores com participação relevante para o consumo mundial. Essa é uma perda significativa. Em contrapartida, o consumo doméstico cresceu com uma força enorme.

Ainda não dá para mensurar o efeito dessa mudança e muito menos como será o comportamento do consumidor na reabertura dos mercados. Desconhecemos completamente o balanço de uma provável recessão no consumo das pessoas e das famílias. Mesmo neste momento incerto, não mudamos a nossa recomendação aos cooperados. Insistimos para que controlem os custos de produção, olhem a qualidade dos produtos, evitem o endividamento e procurem vender café na hora adequada. Pretendemos seguir nessa direção.

COMO ENFRENTAR A ESCASSEZ E A EXIGÊNCIA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA?

CARM: A Cooxupé possui uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Minas Gerais (SENAR MINAS) para oferecer cursos de treinamento e capacitação aos cooperados e a seus funcionários. Focamos no objetivo primário para levar o conhecimento e o aperfeiçoamento da mão de obra diante de uma realidade em que a tecnologia está cada vez mais presente no campo. Desde o primeiro convênio, firmado em 2011, já foram realizados 2 mil eventos e mais de 22 mil pessoas foram capacitadas. Vamos permanecer nesse esforço para avançar mais.

NA QUESTÃO JUDICIAL DE RECOLHER O FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL (FUNRURAL) NAS EXPORTAÇÕES, QUAL FOI A POSIÇÃO DA COOPERATIVA?

CARM: Em 2015, tivemos uma ação judicial que questionava o recolhimento do FUNRURAL nas exportações. Desde então, efetuamos as retenções dos cooperados e depositamos os valores judicialmente. Entendemos que não há FUNRURAL sobre as exportações indiretas realizadas pelas *tradings*, conforme o julgamento Recurso Extraordinário (RE) nº 759244 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.735, de fevereiro de 2020. Então, no caso das exportações diretas da Cooperativa, extrapolamos que será admitido na justiça o direito de suspender o pagamento do FUNRURAL sobre as exportações. Como se trata de uma ação específica da Cooxupé, ainda falta uma decisão por parte do Judiciário para que a Cooperativa deixe de reter e devolver os valores depositados em juízo para os cooperados. ■

AS RECOMENDAÇÕES NÃO MUDAM: CONTROLAR OS CUSTOS DE PRODUÇÃO, MANTER A QUALIDADE DOS PRODUTOS, EVITAR DÍVIDAS E VENDER NOS BONS MOMENTOS.

FRASES & COMENTÁRIOS

"As medidas de emergência no contexto da pandemia de COVID-19 devem ser direcionadas de forma proporcional, transparente e temporária."

"Não devemos criar barreiras desnecessárias ao comércio e perturbações nas cadeias globais de fornecimento de alimentos que não sejam consistentes com a Organização Mundial do Comércio (OMC)."

Manifestação do grupo de autoridades participantes na reunião virtual dos Ministros da Agricultura e da Alimentação do G20

"Para realizar trabalhos humanitários, as fronteiras precisam estar abertas e as aglomerações, proibidas, com programas de transferência de renda."

"O principal problema do mundo é o acesso ao alimento. Se não há renda, não se consomem alimentos."

MIGUEL BARRETO, diretor executivo do Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas (PMA/ONU)

"A rastreabilidade mostra como foram feitos e de onde vieram os produtos. Essa demanda tenderá a crescer cada vez mais. No Brasil, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) é um exemplo de sucesso nos defensivos agrícolas."

CHRISTIAN LOHBAUER, presidente da CropLife Brasil

"Construímos, ao longo de décadas, um sistema para garantir segurança alimentar ao próprio País e ao mercado externo."

"Como gozamos de competência para garantir segurança alimentar em níveis recordes, seremos recompensados por isso."

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS, sócio-diretor da MB Agro

"

Precisamos mostrar uma imagem positiva na produção alimentar em todos os seus aspectos. Isso porque, mais seletivos, os países importadores exigirão parceiros responsáveis no fornecimento."

DOUGLAS RIBEIRO, diretor de Marketing da Corteva

"Se o importante era obter um insumo a baixo custo, agora, por questão de segurança, as empresas produzirão em regiões próximas e diversificarão o local."

"Os custos adicionais com a pandemia dificultarão e poderão desacelerar a integração das cadeias globais de valor."

HUBERTUS BARDT, diretor de Pesquisa do Instituto de Economia Alemã (IW, na sigla em alemão)

"De certo modo, as crises alimentares são positivas para o Brasil. O agronegócio representa a nossa moeda de troca."

LAIR HANZEN, presidente da Yara Brasil

"Revoluções como a digitalização, o agro 4.0, a agricultura de precisão e a conectividade nas fazendas, entre outras, aumentarão a gestão e favorecerão um salto tecnológico."

ANDRÉ PESSÔA, sócio-diretor da AGROCONSULT

"A grande lição dessa crise será a diversificação da cadeia, com menor dependência de um país importador ou fornecedor."

"É precipitado falar em 'desglobalização' do Planeta. Isso reflete o processo atual. A exportação e a importação continuarão a crescer."

LISANDRA FLACH, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de Munique (ifo Institut)

"Depois de crescer de 38% para 52% entre 1970 e 2008, o valor no comércio internacional estagnou. Com a pandemia, algumas tensões e incertezas ganharam força."

RAFAEL CAGNIN, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)



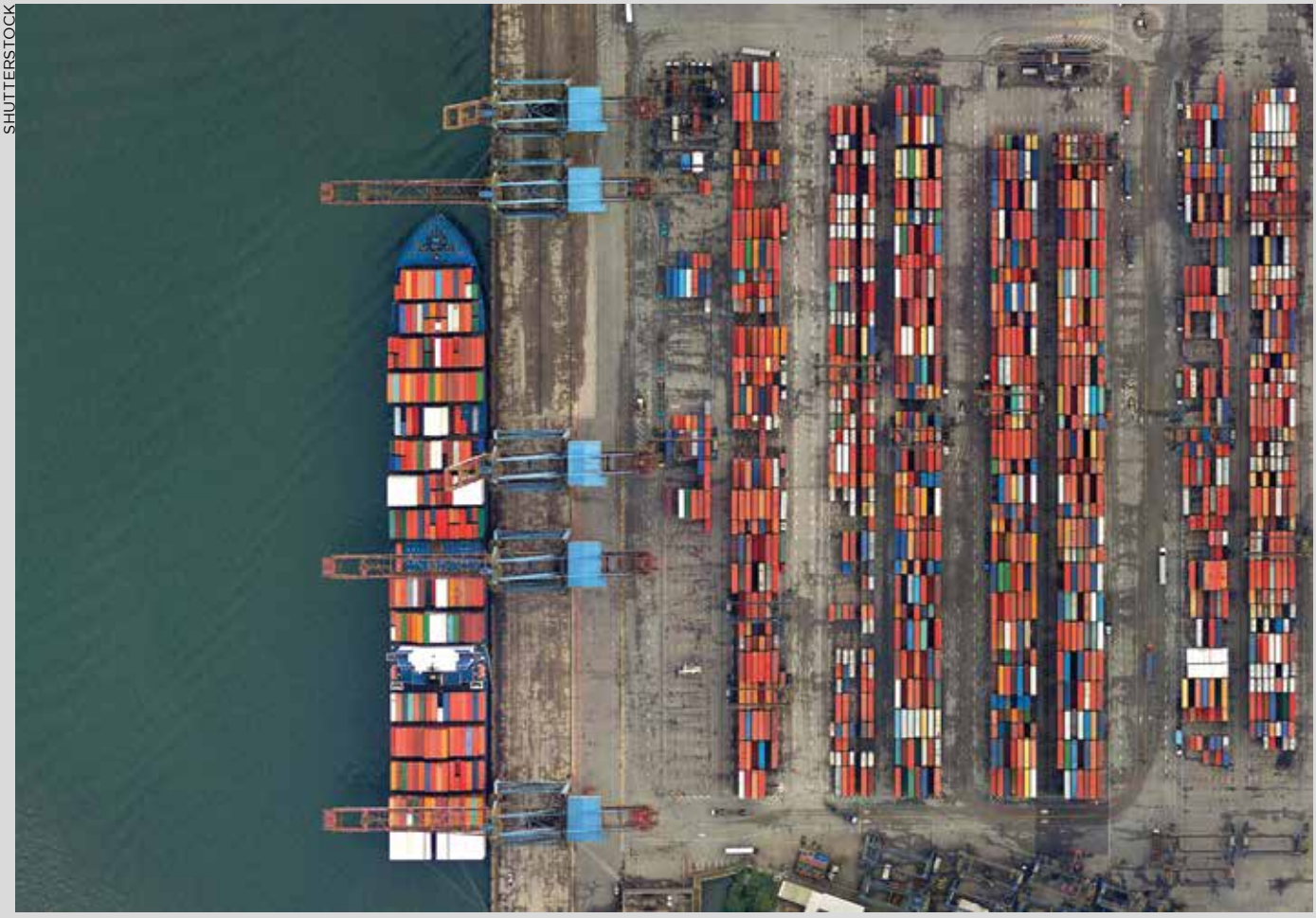
JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

"**Como grandes exportadores, seguimos protocolos internacionais e somos cobrados pela qualidade e pela segurança dos alimentos produzidos, tanto de origem animal, como de vegetal.**"

"Ficamos preocupados para que não haja paralisação no abastecimento dos hospitais, das residências e dos locais de trabalho. Alimento de qualidade significa saúde e paz social."

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

SHUTTERSTOCK



REABERTURA GRADUAL

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

Em breve, as economias terão de começar a lidar com os efeitos econômicos da pandemia, equilibrando a retomada da atividade dos países com os riscos de novas ondas de contágio. O Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA deverá encolher mais de 3% neste ano; o da Zona do Euro, 8%; e o do Brasil, 5%.

APÓS UM período agudo, algumas regiões do mundo já começam a reabrir suas economias. A China, que representou o foco inicial da pandemia, tem a sua atividade econômica, aos poucos, sendo restabelecida. O mesmo começa a acontecer com alguns países europeus. A Itália, que viveu momentos dramáticos em algumas regiões há alguns meses, começa a ter a sua economia reaberta gradativamente. O mesmo vale para a Espanha, a França e a Alemanha. Nos Estados Unidos, que se tornaram o centro da epidemia algumas semanas atrás, já se vislumbra uma reabertura gradativa da economia.

Os efeitos econômicos da crise nessas regiões não foram pequenos. Na China, onde o contágio ocorreu inicialmente, o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre do ano encolheu 9,8%. Nos EUA e na Europa, o pico do contágio foi em março e abril, devendo levar a um encolhimento dessas economias de forma expressiva no primeiro semestre. O PIB norte-americano deverá encolher mais de 3% neste ano, enquanto o da Zona do Euro deverá registrar uma retração da ordem de 8% no mesmo período.

Uma vez que que as medidas de isolamento adotadas recaíram em torno de restrições quanto ao deslocamento das pessoas para trabalhar e consumir, é natural que a maior retração seja centrada nas despesas com o consumo das famílias. Essa componente da demanda agregada despencou nas regiões onde o isolamento mostrou-se mais restritivo.

Ao que tudo indica, à medida que as economias forem sendo reabertas, a atividade econômica deverá exibir sinais de recuperação. Esses sinais deverão mostrar-se mais palpáveis a partir de maio e junho.

À medida que os países começam a abandonar o isolamento, os riscos começam a recair sobre uma segunda onda de contágio. Caso isso ocorra, uma potencial retomada da atividade seria abortada por conta da necessidade de se imporem novas medidas de isolamento.

Outros riscos de natureza econômica estão associados ao aumento do endividamento de empresas e famílias durante o isolamento nessas economias. Tal fato poderia levar a um aumento da inadimplência desses agentes econômicos, retardando a retomada.



No caso brasileiro, o isolamento adotado provocou impactos significativos sobre a atividade econômica. Tudo indica que a economia brasileira deverá registrar uma retração superior a 5% neste ano. O pico dessa retração deverá ser observado no segundo trimestre do ano, uma vez que as medidas de restrição começaram a ser adotadas em fins de março.

Com isso, a taxa de desemprego, que vinha registrando um gradativo declínio ao longo dos últimos anos, deverá subir novamente neste ano, situando-se acima do patamar médio observado no auge da recessão brasileira em 2016/17.

A súbita parada da atividade econômica terá o efeito de desacelerar a inflação ao longo do ano. Embora ainda possa ser descartado o cenário de deflação crônica, a inflação, ante a queda do consumo, deverá apresentar uma trajetória de queda em relação ao ano passado, devendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechar o ano registrando uma variação inferior a 2%.

Esse fenômeno, conjugado à atividade econômica fraca, abrirá espaço para a continuidade da queda da taxa básica de juros – Selic. As perspectivas apontam que a ela deverá fechar o ano em 2,25% a.a.

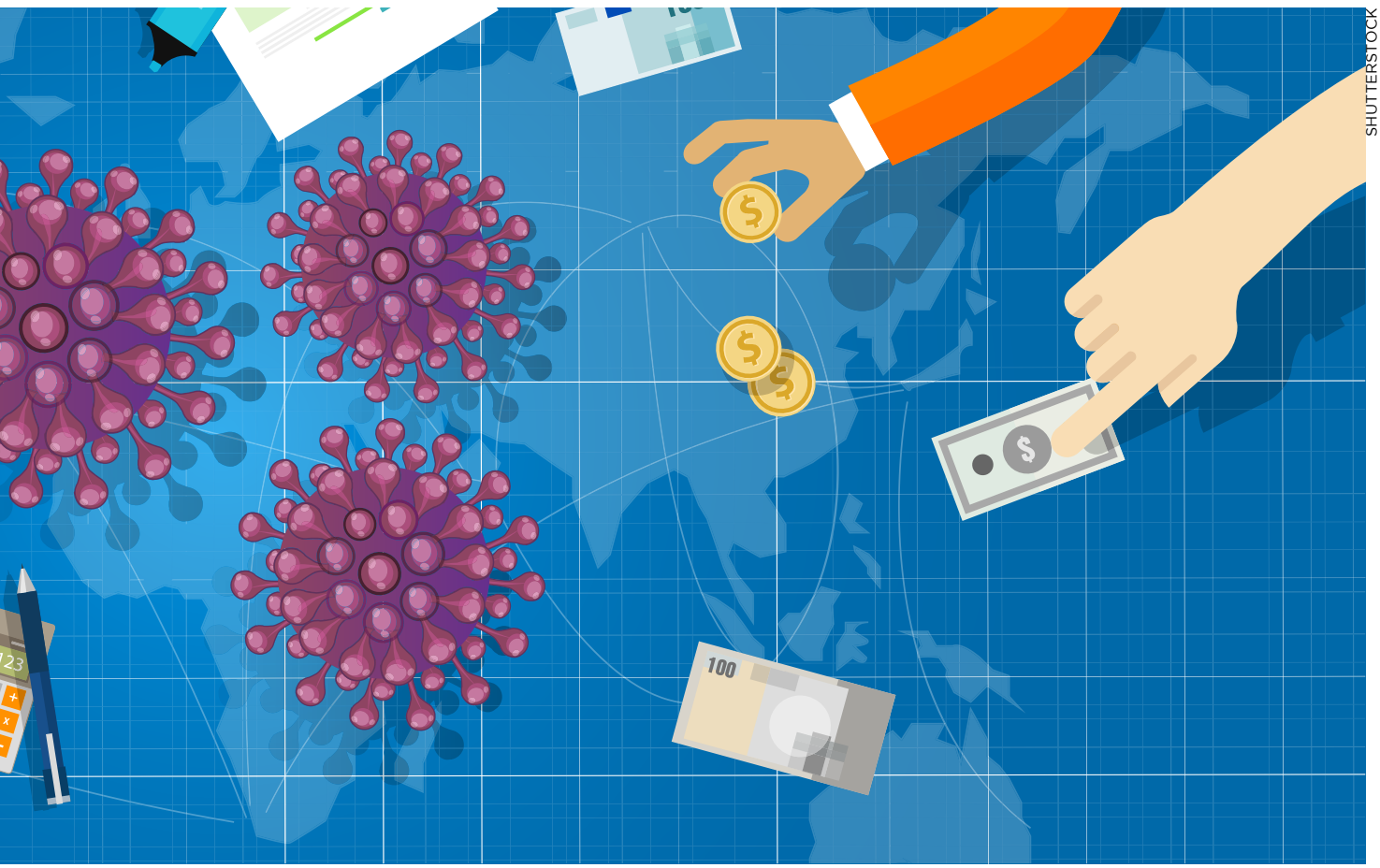
Assim como as demais economias, o Brasil deverá passar por um processo de afrouxamento das medidas de isolamento e reabertura gradual da sua economia. Esse efeito deverá ser mais palpável em termos econômicos no terceiro trimestre do ano.

Nesse sentido, da mesma forma que as demais economias, paira sobre a economia brasileira o risco de uma segunda onda de contágio, que poderá forçar a adoção de novas medidas de isolamento e o abortamento do ciclo de retomada.

Outros riscos no campo econômico residem no aumento do endividamento dos agentes públicos e privados. Empresas e famílias viram seu grau relativo de endividamento crescer ao longo da pandemia, o que aumenta os riscos de inadimplência desses agentes.

Do lado do Governo, os esforços para lidar com os efeitos da pandemia levaram a um expressivo aumento dos seus gastos. As projeções apontam para um déficit primário da ordem de 8% do PIB neste ano. Com isso, o endividamento público registrará um novo salto neste ano. Essa dinâmica eleva os riscos de a economia brasileira retornar a uma trajetória de endividamento insustentável no médio prazo.

Em síntese, nos próximos meses, as economias terão de lidar com os efeitos econômicos da pandemia, equilibrando a retomada com os riscos de novas ondas de contágio. ■



SHUTTERSTOCK

BALANÇO MUNDIAL DE CEREAIS NA CRISE

Enquanto a epidemia de COVID-19 se torna o centro das notícias pelo mundo, as estatísticas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) acompanham o balanço de oferta e demanda dos cereais mais consumidos no mundo, como arroz, trigo e grãos forrageiros (milho, sorgo, cevada, centeio etc.). Em relação à conjuntura de crise de abastecimento vivida entre as safras 2007/08 e 2012/13, o quadro está bem mais ameno. Os estoques mais do que dobraram de lá para cá. Mais operacional, a cadeia de suprimentos (processamento e transporte de grãos) apresenta menos risco do que as indústrias de frutas e legumes.

MUNDO: PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE CEREAIS (MILHÕES DE TONELADAS)

SAFRA	Produção	Consumo	Estoque	Relação consumo/ estoque
2007/08	2.580	2.122	427	21,0%
2008/09	2.809	2.181	521	23,2%
2009/10	2.736	2.221	557	25,1%
2010/11	2.756	2.260	525	23,0%
2011/12	2.875	2.315	550	23,7%
2012/13	2.848	2.325	532	22,8%
2013/14	3.055	2.425	596	24,6%
2014/15	3.157	2.503	646	25,8%
2015/16	3.364	2.655	799	25,8%
2016/17	3.468	2.620	846	32,2%
2017/18	3.549	2.657	886	33,3%
2018/19	3.542	2.689	869	32,3%
2019/20	3.560	2.721	861	31,6%

Fonte: FAO

MANUAL PARA FRIGORÍFICO

Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Economia (ME) e da Saúde (MS) divulgaram o manual com recomendações para frigoríficos em razão da pandemia de COVID-19. O material traz 72 medidas de prevenção, tais como a identificação e o afastamento de trabalhadores com suspeita da doença, a distância de 2 metros entre funcionários na linha de produção, o uso de máscara de proteção facial, entre outras. Essas medidas são providenciais diante dos casos de contaminação com descarte de aves, suínos e bovinos nos Estados Unidos.

PRIORIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Países participantes da Organização Mundial do Comércio (OMC) assumiram o compromisso de manter o adequado funcionamento das cadeias globais de abastecimento alimentar. Há uma preocupação com o desdobramento da crise provocada pela pandemia de COVID-19, com receio quanto a medidas protecionistas por parte dos países em nome da própria segurança alimentar interna. Essa situação crítica parece muito similar aos acontecimentos ocorridos entre 2011 e 2012, com taxação, contingenciamento e embargos na comercialização de produtos.

Países/blocos que assumiram o compromisso: Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Hong Kong-China, Japão, Coreia do Sul, Malawi, México, Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Qatar, Singapura, Suíça, Ucrânia, Uruguai e União Europeia. Além disso, estão inclusos os territórios de Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu.

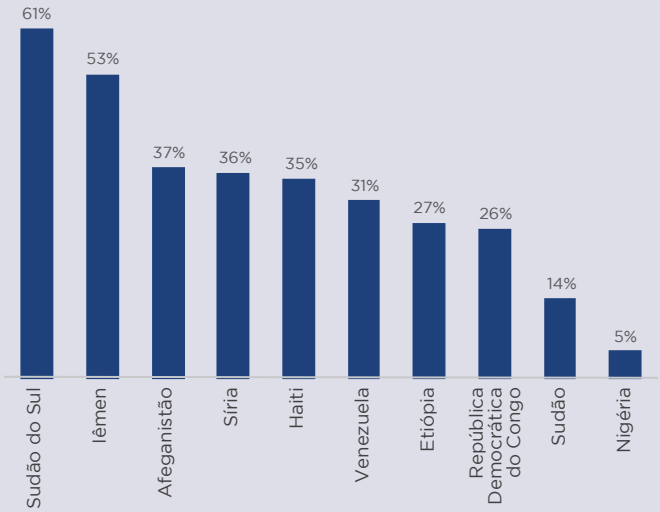
ARGENTINA MAIS LONGE DO MERCOSUL

A decisão do governo argentino de ficar mais longe do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) não agradou as lideranças rurais agrupadas na chamada mesa de negociação, da qual fazem parte a Sociedade Rural Argentina (SRA), as Confederações Rurais Argentinas (CRA), a Federação Agrária Argentina (FAA) e a Confederação Intercooperativa Agropecuária (CONINAGRO). As entidades apoiam a continuidade no bloco. A argumentação baseia-se no fato de a produção de alimentos do país ficar acima das demandas para consumo doméstico. A alegação é que a exportação e a abertura de novos mercados para a comercialização da produção excedente são mais viáveis com alianças estratégicas de países vizinhos.

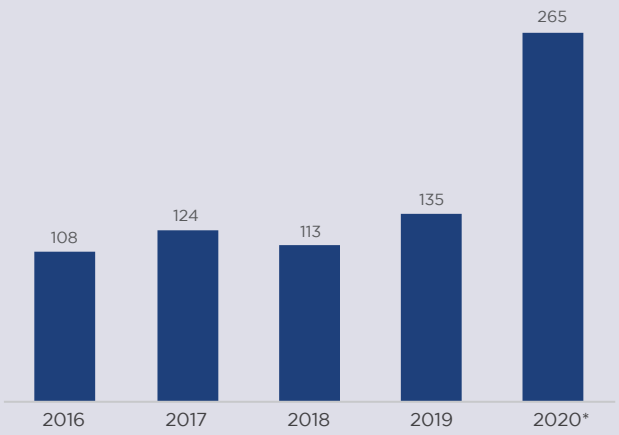
CRISE ALIMENTAR NO MUNDO

No mundo, em torno de 135 milhões de pessoas viviam em estado de crise alimentar em 2010: 73,0 milhões na África, 43,0 milhões no Oriente Médio e na Ásia, 18,5 milhões na América Latina e no Caribe e 500 mil na Europa. Essa população poderá dobrar com o impacto da pandemia de COVID-19 mais a continuidade dos conflitos políticos e sociais, das mudanças climáticas e da deterioração econômica, levando 265 milhões de pessoas a viverem um cenário de fome em 2020. A análise foi feita pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) em 55 países de fome moderada. Ficaram de fora os territórios com situação de emergência e catástrofe em termos críticos de desnutrição.

DEZ PAÍSES COM MAIOR PARCELA DA POPULAÇÃO EM UM CENÁRIO DE FOME MODERADA



EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM UM CENÁRIO DE FOME MODERADA (MILHÕES DE PESSOAS)



*Estimativa
Fonte: Relatório Global de Crise Alimentar/PMA (2019)

SHUTTERSTOCK



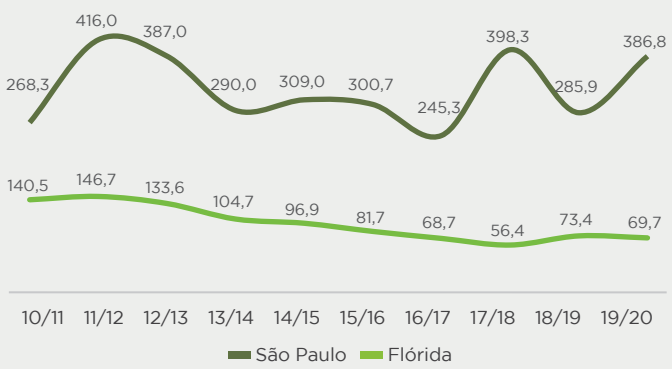
ENERGIA SOLAR REDUZ CONTA DE LUZ

O sistema de geração de energia elétrica solar ganha espaço para a agricultura reduzir a tarifa da conta de luz na propriedade rural. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Brasil possui mais de 12 mil unidades produtivas geradoras da própria energia com usinas fotovoltaicas. No sistema fotovoltaico, as placas contendo células solares produzidas com material semicondutor transformam a irradiação solar em energia elétrica. A vida útil dura de trinta a quarenta anos, com garantia de até 25 anos. Muito eficiente, mesmo em um dia chuvoso, existe a captação de energia por raios ultravioletas em vez de por incidência de calor.

COMEÇA NOVA SAFRA DE CÍTRUS

A safra de laranja 2020/21 do cinturão citrícola do estado de São Paulo e do Triângulo Mineiro está na sua fase inicial, com a projeção de 287,76 milhões de caixas. O número representa uma queda de 12,5% em relação ao da safra anterior. A redução deve-se às condições climáticas adversas, com estiagens mais curtas de janeiro a julho de 2019 e altas temperaturas em setembro e outubro de 2019. Isso gerou uma queda intensa dos frutos. As receitas em reais com as exportações de suco seguem em um ritmo de crescimento, por causa da alta desvalorização cambial, apesar de ter aumentado o consumo do produto nos Estados Unidos.

PRODUÇÃO DE CÍTRUS
(MILHÕES DE CAIXAS DE 40,8 QUILOS)

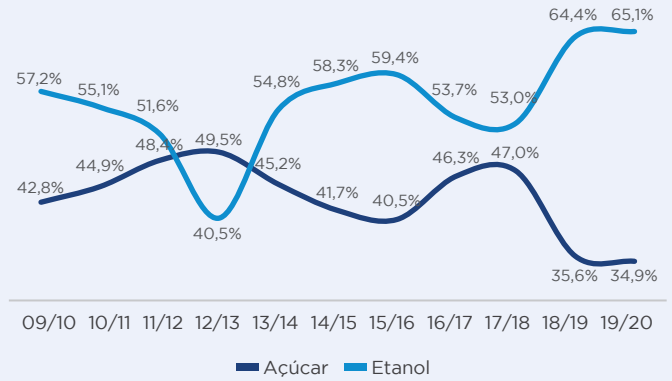


Fonte: Fundecitrus; USDA

ANO MAIS AÇUCAREIRO

Quando comparada à moagem passada, a moagem de cana-de-açúcar na temporada 2020/21 será um pouco menor, mas a produção de açúcar cresce, enquanto a de etanol se reduz. O cenário atual favorece o mercado do adoçante, com desvalorização do real em relação ao dólar, venda antecipada de grande parte da produção e quebra da produção mundial na safra 2019/20. Enquanto isso, a indústria de etanol enfrenta os impactos negativos do novo coronavírus sobre o consumo de combustíveis.

CENTRO-SUL: *MIX* DE AÇÚCAR E ETANOL



Fonte: Conab

FAZENDAS BRASILEIRAS ENTRE AS MAIS SUSTENTÁVEIS DO MUNDO

Duas fazendas localizadas no estado de Minas Gerais – nos municípios de Juiz de Fora e Prata – estão entre as 28 mais sustentáveis do mundo. A instituição responsável pelo *ranking* é a FoodTank. As fazendas brasileiras foram as únicas da América do Sul na lista divulgada pela entidade.

O principal fator que colocou as fazendas em uma boa posição no *ranking* é a neutralização das emissões de carbono. Ambas fazem parte do Projeto Pecuária Neutra e Regenerativa, que visa à produção de gado de corte em sistema com emissão neutra de gases causadores do efeito estufa.

PACOTE DE AJUDA NOS ESTADOS UNIDOS

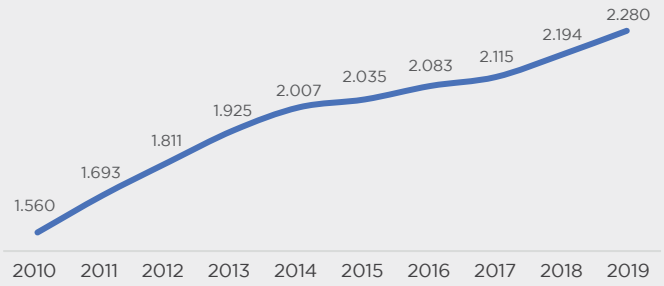
O programa de assistência alimentar fornecerá US$ 19 bilhões para beneficiar os setores afetados pela pandemia de COVID-19, sendo US$ 16 bilhões em apoio direto às perdas reais dos produtores agrícolas e US$ 3 bilhões para distribuidores regionais e locais cuja força de trabalho foi afetada pelo fechamento de restaurantes, hotéis e outras entidades de serviços de alimentação, na compra de produtos frescos, laticínios e carnes.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) receberá mais US$ 14 bilhões em julho. Como a pandemia forçou o fechamento de restaurantes e lanchonetes de escolas e faculdades, os preços dos produtos caíram. As cadeias de suprimento de alimentos tiveram sérias interrupções. O programa também atenderá as famílias atingidas pelas guerras comerciais e pelo clima severo no começo da safra 2019/20.

CRESCE A FROTA DE AERONAVES

A frota de aeronaves agrícolas no Brasil cresceu em 2019 ante o ano anterior, segundo o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG). No fim do ano passado, o País contava com 2.280 aeronaves, sendo 2.265 aviões e 15 helicópteros. O País segue com a segunda maior frota mundial, atrás apenas dos Estados Unidos, com 3,6 mil unidades. Entre os estados, lideram Mato Grosso (520), Rio Grande do Sul (436) e São Paulo (332).

BRASIL: FROTA DE AERONAVES AGRÍCOLAS



Fonte: ARAÚJO, E. C./SINDAG

De acordo com o Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB), da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), entre as operadoras de Serviços Aéreos Especializados (SAE) para produtores rurais, aparecem as empresas privadas (63,3%) e as de agricultores e cooperativas (36,4%). Entre as fabricantes de aviões agrícolas, controla o mercado nacional a Embraer (56,7%), seguida da norte-americana Air Tractor (16,5%) e das demais (26,8%).

MILHO NOS ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos, assim como o Brasil, defrontam-se com um recuo no consumo de etanol por causa da queda nos preços do petróleo e da política de isolamento dos cidadãos devido à contaminação do novo coronavírus. Esse quadro leva a uma menor utilização de combustíveis pelos americanos. Muitos produtores precisarão de recursos para fechar o fluxo de caixa diante desse cenário de estoque. Fechamentos de unidades processadoras de etanol provavelmente deverão ocorrer. Regulamentada pelos estados, a mistura de etanol na gasolina pode chegar a 15%. A safra 2019/20 termina em 31 de agosto, com um estoque menor e um aumento da área plantada de milho (+8,1% na safra 2020/21).

ESTADOS UNIDOS: BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE MILHO (MIL TONELADAS)

ITEM	2018/19	2019/20
Estoques iniciais	54.367	56.410
Produção	364.262	347.782
Importação	162	168
Consumo	310.472	313.578
Exportação	181.425	165.637
Estoques finais	321.754	300.346

Fonte: USDA



SHUTTERSTOCK

QUER COMPARTILHAR A SUA OPINIÃO NA REVISTA AGROANALYSIS?



O OPINIÃO DO LEITOR é um quadro especial para os Assinantes da **Revista Agroanalysis**, que nos acompanham todos os meses e possuem conteúdos importantes para compartilhar com a **nossa comunidade de Leitores**!

Para mais informações envie um e-mail com o assunto "Opinião do Leitor" para contato@agroanalysis.com.br

FGV EESP
FGV AGRO
CENTRO DE ESTUDOS DE AGRONEGÓCIO

AGRO ANALYSIS

NOVO QUADRO

OPINIÃO DO LEITOR

ANÁLISE DE CRÉDITO NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Quando um profissional de crédito, em qualquer mercado, analisa riscos futuros de inadimplência na carteira de clientes, é obrigatório que ele tenha uma visão detalhada e técnica dos 6 Cs tradicionais que evidenciam a capacidade de pagamento em compras a prazo dos tomadores de crédito: capacidade, condições, capital, caráter, colateral e conglomerado. Conhecer bem esses Cs é o princípio básico para um bom parecer.

Um profissional de crédito que não conhece os Cs seria como um químico que não conhece os elementos mais importantes da tabela periódica.

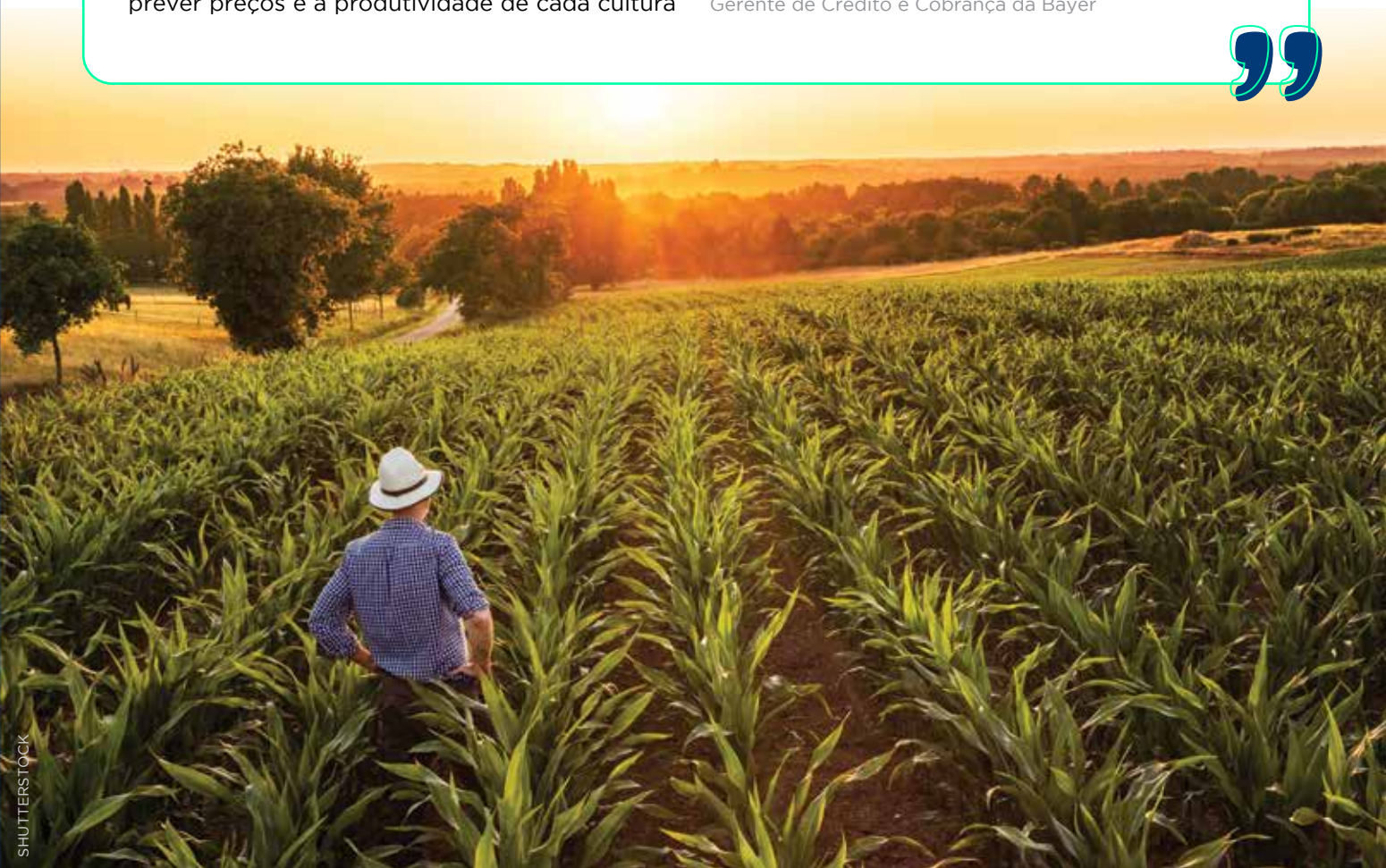
Tudo se torna mais complexo ainda quando falamos do mercado de agronegócios no Brasil, pois, além dos 6 Cs tradicionais, temos a forte influência de outros Cs de alta relevância: clima, câmbio e cultura/*commodities*, essenciais para uma análise conclusiva dos riscos de inadimplência no setor. E isso se dá por conta de vários fatores, como a instabilidade climática mais constante nas últimas décadas, gerando secas ou excesso de chuvas, e o câmbio volátil. A dificuldade em prever preços e a produtividade de cada cultura agrícola torna mais complexo avaliar o caixa a ser gerado pelo negócio.

Quando finalmente julgamos que temos muitos Cs para uma boa análise de crédito, eis que surge, nos últimos dias, um reforço inesperado: sim, estamos falando da COVID-19! Ainda temos muitas dúvidas sobre a influência futura de tal pandemia na capacidade de gerar caixa dos clientes no curto, no médio e no longo prazos, principalmente no que diz respeito a como vai reagir o consumo e como serão afetadas a renda das pessoas e a liquidez das empresas nos próximos meses ou, até mesmo, anos. Trata-se de um novo C inserido nas análises de crédito, e esperamos que seja algo apenas temporário.

Nota-se, portanto, que a análise de crédito no mercado agrícola brasileiro é dinâmica e extremamente instável!

Cuidem-se!

Luciano Ferraz
Gerente de Crédito e Cobrança da Bayer



SHUTTERSTOCK

EXPORTAÇÕES CAMINHAM BEM

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

Apesar de o agronegócio ser um dos setores que menos têm sofrido com a crise derivada da pandemia de COVID-19, ele não está imune, o que fica evidente com a contração intensa das importações e o aumento das exportações em apenas alguns dos seus setores e para limitados destinos. O saldo comercial do agronegócio brasileiro expandiu-se em 40,8% em abril último em relação ao mesmo mês de 2019.

A PANDEMIA de COVID-19 fez com que, desde fevereiro último, diversos países adotassem, em maior ou menor grau, a restrição de circulação de pessoas e mercadorias. Essa limitação desaqueceu a economia mundial por dois canais distintos: a oferta e a demanda. A redução da oferta foi uma consequência das restrições de funcionamento de distintos setores econômicos. A contração da demanda, por sua vez, ocorreu devido à retração da renda de diversos trabalhadores, bem como às maiores incertezas em relação ao futuro e à impossibilidade de o consumidor dirigir-se ao local de compras.

Com o desaquecimento da economia global, o comércio exterior do agronegócio brasileiro foi impactado, já que este está amplamente inserido nas cadeias globais de valor. Desta forma, busca-se, neste artigo, analisar o desempenho do comércio exterior do agronegócio brasileiro em abril último, época em que apenas a China estava tentando retornar à normalidade e as principais economias parceiras do Brasil encontravam-se ainda com algum grau de restrição.

Para isso, serão analisados os dados do fluxo de comércio internacional envolvendo o Brasil oriundos da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (SECEX/MDIC). A partir desses números, o Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) tem acompanhado as exportações e as importações do universo agro em um monitoramento denominado Desempenho Comercial do Agronegócio Brasileiro.

O saldo comercial do agronegócio brasileiro expandiu-se em 40,8% em abril em relação ao mesmo mês de 2019. Essa expansão deu-se por conta tanto do aumento das exportações (concentrado em alguns poucos setores do agronegócio), quanto da contração das importações.

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO E DOS SEUS SEGMENTOS: EXPANSÃO, MAS NÃO GENERALIZADA

De acordo com os dados disponibilizados pela SECEX e compilados pelo FGV Agro para os segmentos do agronegócio brasileiro, é possível observar que, em abril:

- O valor exportado, ponderado por dia útil, pelo agronegócio brasileiro foi de US$ 522,0 milhões, sendo a agropecuária responsável por 59% (ou US$ 307,8 milhões) e a agroindústria por 41% (ou US$ 211,5 milhões) desse total.

- Em termos de variação, o agronegócio cresceu 21,7% em relação a março último, época em que a limitação de pessoas e mercadorias estava mais rígida em diversos países, e 25,3% em relação a abril de 2019.

- Apesar do crescimento expressivo do valor médio das vendas externas do agronegócio para ambas as bases de comparação, essa expansão não foi generalizada para os segmentos do setor. A atividade que puxou as exportações do agronegócio foi a da agropecuária, que registrou crescimento de 41,7% na média diária das exportações em relação a março e de 54,5% em relação a abril de 2019. A agroindústria, por sua vez, a despeito de ter apresentado expansão de 1,5% em relação a março, registrou contração (-1,3%) frente a abril de 2019.

- Considerando os setores que fazem parte da agropecuária e da agroindústria, constata-se que o crescimento das vendas

externas ficou concentrado dentro de poucos setores.

- Na comparação a março, os principais setores que registraram um desempenho positivo das exportações foram: soja em grão (56,9%), refino de açúcar (23,0%), óleos, gorduras e farelo de soja (17,3%), carne bovina (0,1%) e carnes de aves e suína (3,8%).

- No confronto com abril de 2019, o crescimento das vendas externas foi puxado, basicamente, por: soja em grão (68,2%), refino de açúcar (36,8%), óleos, gorduras e farelo de soja (23,7%), suco de laranja e outros sucos/conservas (4,8%) e carne bovina (15,0%).

IMPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO E DOS SEUS SEGMENTOS: QUEDA QUASE GENERALIZADA

Abril foi o primeiro mês completo em que a economia brasileira registrou um confinamento mais intenso devido à pandemia de COVID-19, uma vez que, em março, a restrição ficou mais concentrada na segunda quinzena do mês. Com isso, as importações brasileiras foram mais prejudicadas do que as exportações, ainda mais considerando o contexto de valorização do dólar e as restrições adotadas pelos principais países fornecedores de suprimentos para o Brasil. Diante desse cenário em abril, é possível constatar que:

- A importação média por dia útil do agronegócio foi de US$ 105,9 milhões, sendo que, desse total, 18% (ou US$ 19,3 milhões) foram importados pela agropecuária e 82% (ou US$ 86,6 milhões) foram importados pela agroindústria.

VALOR EXPORTADO POR DIA ÚTIL (US$ MILHÕES) E VARIAÇÕES INTERANUAL E MENSAL (% A.A.)

	US$ milhões em abril de 2020	Variação frente a abril de 2019	Variação frente a março de 2020
Agronegócio	**522,0**	**25,3%**	**21,7%**
Agropecuária	**307,8**	**54,5%**	**41,7%**
Café em grão	18,3	13,1%	-1,8%
Milho e outros cereais	0,4	-92,2%	-92,9%
Soja em grão	273,0	68,2%	56,9%
Algodão e outras fibras têxteis	7,2	15,9%	-29,8%
Outros	8,9	-10,1%	-2,4%
Agroindústria	**211,5**	**-1,3%**	**1,5%**
Produtos não alimentícios	**66,0**	**-23,3%**	**-10,3%**
Insumos agropecuários	5,0	-31,0%	-15,5%
Produtos têxteis	7,3	-42,4%	-38,1%
Produtos florestais	43,9	-20,6%	-0,1%
Biocombustíveis	2,3	1431,2%	21,6%
Borracha	3,4	-33,6%	-26,6%
Fumo	4,0	-25,2%	-24,4%
Produtos alimentícios e bebidas	**145,6**	**13,4%**	**7,9%**
Alimentos de origem vegetal	**69,8**	**25,4%**	**16,3%**
Refino de açúcar	23,8	36,8%	23,0%
Óleos, gorduras e farelo de soja	33,7	23,7%	17,3%
Suco de laranja e outros sucos/conservas	7,9	4,8%	-9,4%
Outros	4,5	26,1%	35,9%
Alimentos de origem animal	**74,7**	**4,9%**	**1,8%**
Carne bovina	30,5	15,0%	0,1%
Carnes de aves e suína	34,0	-1,2%	3,8%
Outros	10,3	-0,7%	0,1%
Bebidas	**1,0**	**-29,5%**	**-28,4%**
Outros setores agroindustriais	**2,7**	**-13,9%**	**-15,2%**

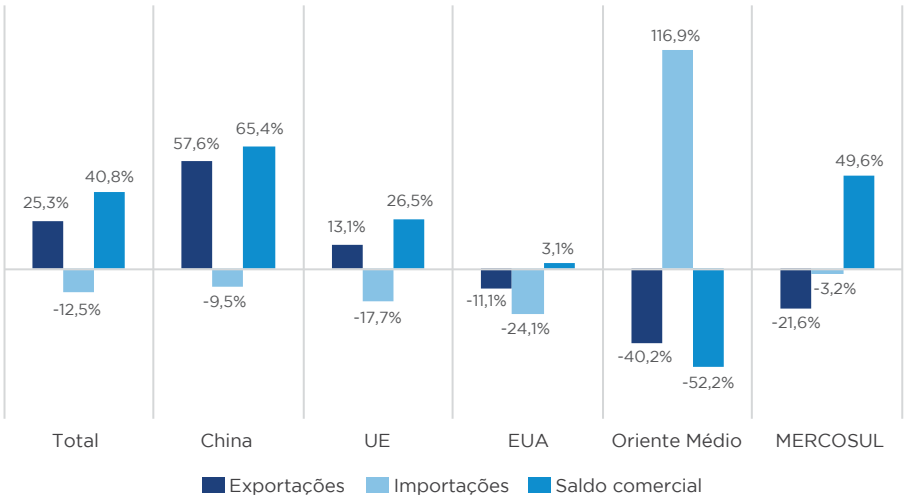
Fonte: SECEX/MDIC; elaboração: FGV Agro

- Em termos de variação das compras externas (média por dia útil) do agronegócio brasileiro, constata-se contração de 10,4% em abril em relação a março e de 12,5% em relação a abril de 2019.

- A contração registrada pelo agronegócio foi quase generalizada entre os seus grandes setores. Na comparação com março, a agropecuária apresentou crescimento de 9,0%, contudo as compras externas da agroindústria registraram queda de 14,2%. Em relação a abril de 2019, tanto a agropecuária (-1,4%) como a agroindústria (-15,0%) apresentaram redução de suas importações.

- A maioria dos setores do agronegócio registrou contração de suas compras externas, tanto na comparação a março, quanto na comparação a abril de 2019. Os setores que registraram expansão, na comparação a abril de 2019, foram: trigo e outros cereais (24,4%), fumo (8,8%) e outros setores agroindustriais (12,2%). Com exceção do setor de trigo e outros cereais, os demais que apresentaram aumento das compras externas não são tão relevantes para a pauta importadora do agronegócio brasileiro.

VARIAÇÃO (% A.A.) DOS VALORES (EM US$) EXPORTADO E IMPORTADO E SALDO COMERCIAL POR DIA ÚTIL ENTRE ABRIL DE 2019 E ABRIL DE 2020 POR PAÍS OU BLOCO ECONÔMICO



Fonte: SECEX/MDIC; elaboração: FGV Agro

DESEMPENHO COMERCIAL EM RELAÇÃO AOS PRINCIPAIS PARCEIROS DO SETOR

Considerando os principais parceiros comerciais do agronegócio brasileiro, percebe-se que o aumento do valor das exportações só ocorreu para a China (57,6%) e a União Europeia (UE) (13,1%). Por sua vez, as exportações do agronegócio brasileiro para os Estados Unidos (EUA), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Oriente Médio registraram contração de, respectivamente, 11,1%, 21,6% e 40,2%.

O crescimento dos embarques do agronegócio do Brasil para a China e a UE ficou concentrado em poucos setores. No caso das exportações para o país asiático, os setores que registraram expansão em relação a abril de 2019 foram: soja em grão (77,8%), carne bovina (87,4%) e carnes de aves e suína (43,1%). Em relação aos embarques para a UE, os setores que apresentaram crescimento foram: café em grão (36,8%), soja em grão (78,2%) e óleos, gorduras e farelo de soja (20,6%).

É importante ressaltar que o crescimento das exportações de carne bovina (15,0%) do Brasil para o mundo contribuiu significativamente para o aumento dos embarques do agronegócio brasileiro, que foi de 25,3% em relação a abril de 2019. No entanto, ao desagregar as exportações pelos seus principais destinos, observa-se que o aumento das vendas externas de carne bovina brasileira deu-se por conta do crescimento, quase exclusivamente, das compras da China, que se expandiram em 87,4%. É válido pontuar que o MERCOSUL também registrou expansão das compras de carne bovina brasileira (42,0%); no entanto, para tal setor, esse bloco responde por um baixo percentual das vendas do Brasil (menos de 2% do total), não sendo, portanto, muito representativo.

No caso das importações, também na comparação a abril de 2019, houve uma expressiva contração do valor dos embarques praticamente de todas as principais origens: China (-9,5%), UE (-17,7%), EUA (-24,1%) e MERCOSUL (-3,2%). Apenas o valor importado do Oriente Médio apresentou expansão (116,9%), puxado quase exclusivamente pela aquisição de insumos agropecuários (expansão de 132,4%).

Por fim, considerando os mais relevantes parceiros do agronegócio brasileiro, tem-se: (i) o aumento dos embarques apenas para a China e a UE; e (ii) a redução das importações de quase todos os mais importantes fornecedores. Com isso, com exceção do Oriente Médio, o agronegócio brasileiro registrou aumento do seu saldo comercial em relação aos principais países com os quais o País tem alguma relação mercantil. ■

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV-EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

CONSUMO DO NORTE-NORDESTE GARANTE A PRODUÇÃO DE ETANOL DE MILHO

PLINIO M. NASTARI*

A nova rota de transporte de etanol por cabotagem permite transferir de forma mais competitiva o etanol de milho produzido na região Centro-Oeste para as regiões Norte e Nordeste.

O PRIMEIRO navio carregado com etanol de milho foi nomeado para embarcar 16.250 metros cúbicos em meados de maio último por meio do Porto de Belém. Trata-se de uma operação de cabotagem planejada para descarregar o produto nos portos da região Norte-Nordeste. A carga é oriunda de plantas de etanol de milho localizadas em Mato Grosso e Goiás e reflete a melhora da logística regional, com a pavimentação completa da rodovia BR-163. Esse é um movimento que deve se intensificar nas transferências inter-regionais para a região Norte-Nordeste, competindo com a cabotagem a partir dos portos da região Centro-Sul e as importações.

Esse embarque inaugura uma importante rota de transporte de etanol no Brasil e faz com que o etanol de milho produzido na região Centro-Oeste passe a ser transferido de forma mais competitiva para as regiões Norte e Nordeste, que são deficitárias no balanço regional de produção e consumo de etanol.

PRODUÇÃO DE ETANOL DE MILHO

A produção de etanol de milho tem crescido rapidamente no Brasil, e de forma concentrada na região Centro-Oeste. Na safra 2014/15, a produção de etanol de milho foi de apenas 75,5 milhões de litros. Na recém-encerrada safra 2019/20 na região Centro-Sul, a produção atingiu 1,6 bilhão de litros, sendo 439,6 milhões de litros de etanol anidro e 1,2 bilhão de litros de etanol hidratado – um crescimento de 20,5 vezes em apenas cinco anos.

SHUTTERSTOCK



Para a safra 2020/21, é estimada uma produção de etanol de milho de 2,5 bilhões de litros, o que já representa uma redução significativa em relação à estimativa realizada anteriormente à pandemia de COVID-19, que era de 2,9 bilhões de litros. A redução na estimativa deve-se à combinação de uma redução no preço e uma redução no consumo de etanol no mercado doméstico, mas também a um aumento significativo do preço do milho, que fez com que uma parte dos volumes compromissados com a conversão em etanol esteja sendo negociada para suprir o crescente mercado interno ou exportada em função da subida do preço do milho. Neste ano, o mercado interno deve absorver 70,4 milhões de toneladas de milho de uma produção total de 102 milhões de toneladas. Na semana finda em 15 de maio último, a saca de milho com 60 quilos foi negociada a R$ 51,00 por saca em Campinas-SP e a R$ 34,00 por saca em Rondonópolis-MT. Esses são preços bem remuneradores, impulsionados pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano.

Com a produção de 2,5 bilhões de litros esperados para 2020/21, a produção de etanol de milho no Centro-Oeste ultrapassará a produção total de etanol da região Norte-Nordeste, que deve encerrar a safra 2019/20 com uma produção de 2,3 bilhões de litros. E é provável que, na safra 2020/21, a iniciar em 1º de setembro próximo, a produção seja menor, devido a um esperado *mix* mais açucareiro.

PRODUÇÃO DA REGIÃO NORTE-NORDESTE

Enquanto produz 2,3 bilhões de litros por ano, a região Norte-Nordeste deve consumir, na safra 2019/20, um volume total de 5,1 bilhões de litros, dos quais 4,9 bilhões de litros para o mercado combustível, sendo 3,1 bilhões de litros de etanol anidro e 1,8 bilhão de litros de etanol hidratado.



SHUTTERSTOCK

Na safra 2019/20, o déficit regional na região Norte-Nordeste foi compensado com importações de 0,90 bilhão de litros de etanol importado do exterior e 1,95 bilhão de litros de etanol transferido da região Centro-Sul. Até agora, essas transferências têm sido realizadas, em grande parte, a partir dos Portos de Santos, em São Paulo, e Ilha d'Água, no Rio de Janeiro.

A nova rota de suprimento passa a competir com as rotas complementares atuais: (i) transferências a partir de portos da região Centro-Sul; e (ii) importações de etanol principalmente oriundas dos Estados Unidos, mas, a partir da safra 2019/20, também da Argentina.

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE ETANOL DE MILHO

É esperado que a produção de etanol de milho na região Centro-Oeste continue crescendo nos próximos anos, podendo chegar a 7 bilhões de litros por ano em 2025/26, segundo estimativas da União Nacional do Etanol de Milho (UNEM). Se esse crescimento se confirmar, a transferência de etanol por cabotagem a partir dos portos da região Norte tende a se intensificar, transformando-se no maior eixo de suprimento de etanol para o abastecimento do déficit regional nas regiões Norte e Nordeste e, também, numa nova origem para a exportação de etanol ao mercado mundial.

A pavimentação completa da BR-163 inaugurada em 14 de fevereiro último e a consequente facilitação do acesso aos Portos de Santarém e de Belém alteram a lógica do suprimento do déficit de etanol da região Norte-Nordeste, que passa a contar com mais uma opção relevante e competitiva por meio do etanol de milho e do etanol de cana produzidos em Mato Grosso e Goiás e escoados por meio desses portos. ■

*Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

CONFINAMENTO DEVE DAR PREJUÍZO AO PRODUTOR EM 2020

RAFAEL RIBEIRO*

As medidas para contenção da pandemia de COVID-19 prejudicaram muito a demanda por carne bovina no mercado doméstico, pressionando para baixo as cotações no mercado de boi gordo. Além do aumento do custo da diária, a estimativa é de um prejuízo de R$ 89,33 por cabeça para o confinamento.

A DEMANDA interna por carne bovina é o principal ponto de incerteza para os preços da arroba do boi gordo no segundo semestre. De qualquer forma, a retomada gradual dos serviços, esperada para os próximos meses, é um fator positivo para o consumo, assim como para as exportações, cujas expectativas são de manutenção dos bons volumes embarcados neste ano.

Com relação à oferta de animais para abate, a queda esperada no número de animais confinados, devido à baixa atratividade do confinamento, pode contribuir para a sustentação dos preços da arroba do boi gordo na segunda metade do ano.

Do lado do custo, com a proximidade da colheita da segunda safra, caso o cenário de demanda fraca por milho persista, o aumento da disponibilidade pode levar a uma queda dos preços do cereal no mercado interno.

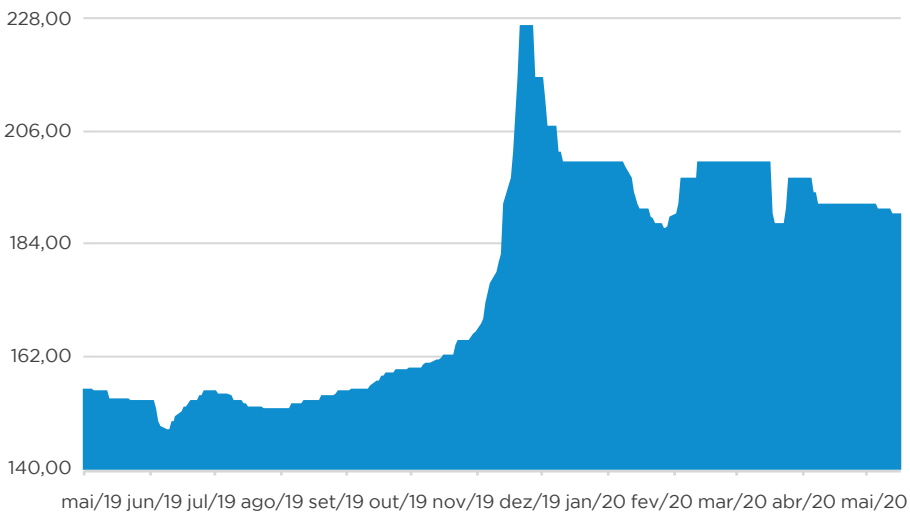
Ou seja, apesar da expectativa de prejuízo, existe espaço para o resultado do confinamento melhorar, especialmente para o segundo giro.

QUEDA NA DEMANDA INTERNA

A demanda por carne bovina no mercado doméstico foi bastante prejudicada pelas medidas de isolamento social adotadas para o controle do novo coronavírus, que incluíram o fechamento de restaurantes, lanchonetes, bares, entre outros estabelecimentos, além da queda na renda da população com as demissões e/ou a redução nos salários.

Como consequência desse menor consumo interno, que representa por volta de 75% da produção nacional de carne bovina, os frigoríficos "pisaram no freio" com relação às compras de

SÃO PAULO: PREÇOS DO BOI GORDO
(R$/@, À VISTA, LIVRE DE FUNRURAL)



Fonte: Scot Consultoria

animais para abate. Essa procura menor pelas indústrias, somada ao aumento da oferta de bovinos para abate, com as pastagens perdendo qualidade (período seco do ano e desova de animais de safra), manteve as cotações pressionadas para baixo no mercado de boi gordo em abril e maio últimos.

Nem mesmo as exportações recordes de carne bovina no primeiro quadrimestre foram suficientes para dar sustentação às cotações no mercado de boi gordo diante das dificuldades de escoamento no mercado interno nesse final de safra.

RESULTADOS ECONÔMICOS

Estamos no período de seca do capim e de perda da capacidade de suporte das pastagens, o que aumenta a necessidade de suplementação do rebanho. Nesse contexto, o confinamento pode ser uma ferramenta estratégica para a terminação dos animais no período seco do ano, mas alguns pontos são importantes antes de fechar o gado no cocho. Os principais são: o preço de compra do boi magro, o custo da diária e o preço de venda da arroba do boi gordo, que basicamente definem os resultados econômicos da atividade se não houver nenhum problema operacional grave.

No caso do boi magro, apesar das ligeiras quedas nos preços em maio, acompanhando os recuos no mercado de boi gordo, as cotações estão em patamares elevados. Segundo um levantamento da Scot Consultoria, os negócios foram fechados em São Paulo, em média, por R$ 2,9 mil e R$ 3,0 mil, respectivamente, em maio e abril deste ano. Em maio de 2019, o preço médio era de R$ 2,1 mil por cabeça.

Na simulação do resultado da atividade, foi considerado um sistema de engorda de bovinos em confinamento em São Paulo, com a entrada dos animais em meados de agosto, com noventa dias de confinamento, ganho de peso diário de 1,6 quilo e rendimento de carcaça de 56%. Com isso, a retirada dos animais do cocho e a venda para o frigorífico para abate ocorrerão em meados de outubro deste ano.

Com relação ao custo da diária, as altas nos preços do milho e de farelos têm pesado mais em 2020. Para o cálculo do resultado do confinamento, o custo da diária foi estimado em R$ 10,50. Para o preço de venda do boi gordo, foi utilizada a cotação do contrato futuro de boi gordo na B3, que se refere ao mercado paulista. Em 15 de maio último, a cotação do contrato com vencimento em outubro de 2020 era de R$ 199,60 por arroba. A tabela traz



SHUTTERSTOCK

todos os parâmetros utilizados. Nesse cenário, o resultado previsto é de um prejuízo de R$ 89,33 por cabeça.

A estimativa de resultado econômico, embora negativa, melhorou em relação às projeções do início de abril último, que apontavam para prejuízos entre R$ 150,00 e R$ 250,00 por cabeça confinada neste ano.

Naquela oportunidade, o mercado futuro apontava para um preço de venda do boi gordo em outubro deste ano abaixo de R$ 190,00/arroba em São Paulo, além dos preços do milho e dos animais de reposição, que estavam em patamares maiores do que os verificados em maio. ■

*Zootecnista da Scot Consultoria

CONFINAMENTO EM SÃO PAULO: ESTIMATIVA DE RESULTADO ECONÔMICO DA ENGORDA DE BOVINOS

Entrada no cocho	15 de julho de 2020
Peso do boi magro (arrobas)	12
Peso do boi magro (quilos)	360
Preço do boi magro (R$/cabeça)	2.900,00
Preço do boi magro (R$/arroba)	241,67
Custo da diária (R$)	10,50
Ganho de peso vivo diário (quilos)	1,6
Cocho (dias)	90
CUSTO TOTAL (R$)	**3.845,00**
Peso de saída (quilos)	504
Rendimento de carcaça (%)	56
Peso de carcaça (quilos)	282,24
Carcaça (arrobas)	18,8
Ganho de carcaça (quilos)	1,14
CUSTO DA ARROBA TOTAL (R$)	**204,35**
Arrobas ganhas no cocho	6,82
Custo da arroba engordada (R$)	138,64
Saída do cocho (90 dias + 1 dia)	15 de outubro de 2020
Preço em São Paulo (R$/arroba)	199,60
RECEITA (R$)	**3.755,67**
LUCRO (R$/CABEÇA)	-89,33

Fonte: Scot Consultoria



QUAL É O FUTURO DAS PASTAGENS NO BRASIL?

PATRICIA MENEZES SANTOS[1], SÉRGIO RAPOSO DE MEDEIROS[2], BRUNO CARNEIRO E PEDREIRA[3], GIAMPAOLO QUEIROZ PELLEGRINO[4], LUÍS GUSTAVO BARIONI[5]

Nos últimos anos, a produção animal no Brasil e no mundo tem sido apontada como responsável por vários problemas, incluindo o desmatamento e a emissão de gases do efeito estufa. Mas será que estamos analisando corretamente essa questão? Qual deve ser o futuro das pastagens no Brasil? As pastagens poderiam contribuir com soluções para um sistema agroalimentar mais sustentável.

A REDUÇÃO do consumo de produtos de origem animal é defendida como solução para problemas globais, mas, talvez, não o seja. Segundo estudos da Universidade de Wageningen, nos Países Baixos, do ponto de vista da produtividade da terra, a porcentagem ideal de proteína animal nas dietas varia de 12% a 45%. Isso depende do tamanho da população e da porcentagem de áreas inaptas para agricultura. Com a pecuária, subprodutos da agricultura e da agroindústria que seriam descartados são convertidos em proteína para alimentação humana.

Para alimentar grandes populações, precisam ser utilizadas áreas de baixa aptidão agrícola. Nesses locais, a pecuária permite que alimentos de elevado valor biológico sejam produzidos onde o cultivo de alimentos vegetais é inviável por limitações do clima ou do solo.

Esses benefícios estão refletidos em cerca de 3 bilhões de hectares ocupados pelas pastagens no mundo. As forragens representam a fonte predominante de alimento para os animais em pastejo e fornecem produtos para a alimentação humana, bem como subprodutos utilizados para várias finalidades. Indo além, a pecuária contribui para o desenvolvimento humano e a resiliência das populações. Em regiões onde condições do clima, do solo ou de infraestrutura limitam o desenvolvimento de outras atividades, a produção animal em pastagens é uma importante alternativa de uso econômico da terra.

Dados do Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram em torno de 40% do rebanho bovino brasileiro em propriedades com menos de 200 hectares. Nesse ambiente, a pecuária auxilia na fixação dos homens no campo, principalmente pequenos produtores, oferecendo alimento para consumo próprio, mitigando o risco do negócio e auxiliando no equilíbrio do seu fluxo de caixa graças à comercialização de produtos ao longo de todo o ano. Mais do que isso, o gado é um ativo de alta liquidez, representando um eficaz substituto para quem não tem acesso ao serviço financeiro.

BENEFÍCIOS DA INTENSIFICAÇÃO SUSTENTÁVEL

Por outro lado, a produção animal a pasto de forma desordenada e com adoção de práticas incorretas causa problemas ambientais e deve ser combatida. A partir da década de 1990, o rebanho nos estados amazônicos mais do que dobrou, e houve, concomitantemente, um grande aumento no desmatamento, cujo pico ocorreu em 2004, com 27,7 mil km^2.

A partir de então até 2012, apesar de o rebanho continuar crescendo – na média anual de 1 milhão de cabeças –, o desmatamento caiu de maneira contínua até o mínimo de 4,6 mil km^2 no ciclo 2011/12 (agosto a julho). Esse desacoplamento entre o aumento da atividade

SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS (SE) PRESTADOS PELA PECUÁRIA

- Provisionamento, como produção de carne, leite, couro etc., mesmo em áreas de baixa aptidão agrícola;
- Regulação, em pastos bem manejados, com sequestro de carbono no solo, infiltração de água, proteção do terreno etc.;
- Suporte na produção de forragem, ciclagem de nutrientes etc.;
- Cultural, como recreação ao ar livre e manutenção de estilos de vida tradicionais;
- Preservação da vegetação nativa e da biodiversidade em biomas com pastagens naturais mais vulneráveis, como Pantanal e Caatinga.

pecuária e o desmatamento deveu-se ao aumento no potencial de produção de forragem, à capacidade de suporte dos pastos e ao ganho de peso dos animais. Esse fato demonstra o potencial da intensificação sustentável ao combinar uma maior produção de alimentos e um menor impacto ambiental.

Longe de intrinsecamente recriminâveis no contexto de mudança do clima e uso da terra, as pastagens podem contribuir para a geração de um sistema agroalimentar mais sustentável. Para isso, é preciso diagnosticar melhor os problemas e as demandas, tanto locais, quanto regionais e nacionais, e desenvolver soluções adequadas para cada condição. O investimento em pesquisa e desenvolvimento e as estratégias para estimular a adoção de tecnologias sustentáveis no campo serão fundamentais nesse processo.

Além das linhas de pesquisa tradicionais, o melhoramento genético e a biotecnologia podem contribuir para o desenvolvimento de novas cultivares forrageiras para condições específicas. Tecnologias para associação de plantas e micro-organismos podem ser desenvolvidas com foco em:

- fixação biológica de nitrogênio;
- aproveitamento de nutrientes do solo (ex.: fósforo);
- maior tolerância aos fatores de estresse abiótico (ex.: seca); e
- melhoria da qualidade da forragem.

Os sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) podem contribuir para aumentar a resiliência e ampliar a gama de SE das pastagens. Tecnologias digitais podem ajudar técnicos e produtores nas tomadas de decisão no campo e contribuir para reduzir os riscos da atividade.

Precisamos redirecionar o debate, aproximar os públicos e analisar a questão da pecuária e das pastagens no Brasil de forma mais sistêmica. Mais do que isso, necessitamos identificar as questões econômicas, sociais e ambientais motivadoras das decisões atuais e buscar alternativas mais adequadas. Qual deve ser o futuro das pastagens no Brasil? As pastagens devem ser um elemento essencial e plenamente integrado à construção de um sistema agroalimentar mais sustentável. ■

1 Pesquisadora da Embrapa Pecuária Sudeste, presidente do Comitê Gestor do Portfólio de Pastagens da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal e Pastagens da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

2 Pesquisador da Embrapa Pecuária Sudeste

3 Pesquisador da Embrapa Agrossilvipastoril

4 Pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária e presidente do Comitê Gestor do Portfólio de Mudanças Climáticas da Embrapa

5 Pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária



SHUTTERSTOCK

AVANÇOS NO CRÉDITO RURAL COM A MP DO AGRO

RENATO BURANELLO*

A MP do Agro, como é conhecida a Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, trouxe importantes avanços para o financiamento do agronegócio, em prol da maior participação de instituições financeiras privadas. Um ponto de grande inovação foi a introdução do conceito de patrimônio rural em afetação.

ATÉ A década de 1970, o crescimento agrícola era baseado na expansão de áreas com baixos índices de produtividade. Investimentos em ciência e tecnologia, presença de agricultores dinâmicos e ambiente competitivo mudaram essa realidade. Apesar de o País ser um dos maiores produtores mundiais de alimentos, fibras e energias renováveis hoje, há a necessidade de uma remodelação das formas de financiamento das cadeias agroindustriais.

Pelo sistema misto de crédito rural, o recurso é oferecido pelo mercado financeiro, mas com mecanismos de controle e subsídio estatais. Esse contexto atual demonstra o esgotamento do modelo com direcionamento obrigatório e subsídios a programas específicos ultrapassados.

Mais conhecida como MP do Agro, a Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, trouxe avanços para o financiamento do agronegócio depois de um amplo debate entre representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério da Economia (ME) junto às lideranças do setor. A premissa fundamental centrou-se no desenvolvimento da "infraestrutura de mercado" para oferecer segurança, centralidade e transparência com maior participação do crédito privado.

NOVOS TÍTULOS E GARANTIAS

A nova Lei trouxe uma grande inovação com a introdução do conceito de patrimônio rural em afetação. Esse instrumento permite que o proprietário submeta o seu imóvel rural ou uma fração dele ao regime de afetação: o imóvel ou a fração dele não poderão ser acessados por credores diversos, salvo em caso de dívidas trabalhistas, fiscais e previdenciárias. No entanto, ainda não está evidente qual será o procedimento que o produtor deverá seguir para fracionar a propriedade.

Nos novos termos da Lei, o objeto do patrimônio rural em afetação passa a recair tão somente sobre o terreno e as acessões e benfeitorias nele fixadas, excetuando-se as lavouras, os bens móveis e os semoventes. Diante dessa possibilidade, para viabilizar as suas operações rotineiras, o proprietário rural poderá oferecer como garantia a terra nua e o penhor agrícola sobre a lavoura existente na área.

Outra alteração atendida pela Lei nº 13.986/20 foi a constituição do patrimônio rural em afetação por meio da emissão de Cédula de Produto Rural (CPR), além do veículo financeiro da Cédula Imobiliária Rural (CIR), com um aumento da sua aplicabilidade. Ademais, a CIR deixou de contar com a obrigatoriedade de ter uma instituição financeira como credora, podendo ser contratada com um fundo de investimentos, por exemplo.

AMPLIAÇÃO DO ROL DE EMISSORES DA CPR

Uma das mudanças mais comemoradas pelo setor produtivo foi a ampliação do rol de legitimados para a CPR, título de crédito representativo da promessa de entrega de produtos rurais ou do pagamento em dinheiro pela conversão de preço ou índice de preço no futuro, com ou sem garantias constituídas.

Pela nova redação do art. 2° da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, a CPR passa a ser emitida por pessoas naturais ou jurídicas que beneficiam ou promovem a primeira industrialização de produtores rurais, de acordo

com a definição apresentada no art. 1° da mesma Lei.

Para os efeitos dessa Lei, produtos rurais serão aqueles obtidos nas atividades agrícola e pecuária, de floresta plantada e de pesca e aquicultura em seus subprodutos e resíduos de valor econômico, inclusive quando submetidos a beneficiamento ou primeira industrialização.

Assim, também são objeto da CPR: (i) as atividades relacionadas à conservação de florestas nativas e dos respectivos biomas e ao manejo de florestas nativas no âmbito do programa de concessão de florestas públicas; ou (ii) os produtos obtidos em outras atividades florestais a serem definidas pelo poder executivo como ambientalmente sustentáveis.

VALIDADE E RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO

Para validade da cédula, deve ser realizado o registro ou o depósito da CPR e dos seus aditamentos em uma entidade autorizada pelo Banco Central. O prazo para registro foi prorrogado de 1° de julho de 2020 para 1° de janeiro de 2021. O registro e a consequente escrituração visam prover transparência sobre a titularidade e a existência de ônus e gravames sobre a cédula.

Embora no texto não conste a exclusão dos créditos e bens vinculados à CPR da recuperação judicial, a Lei permitiu ao emitente informar sobre a essencialidade dos bens outorgados em garantia fiduciária no momento da emissão da cédula.

A nova norma permitiu, também, a constituição de garantias reais em favor de empresas estrangeiras ou empresas nacionais controladas por estrangeiros. Isso inclui a possibilidade de consolidação definida da propriedade do imóvel rural em caso de insucesso nos procedimentos de excussão extrajudiciais. Desta forma, as empresas estrangeiras ou controladas por estrangeiros poderão ser beneficiárias de alienação fiduciária de bens imóveis.

Com a Lei nº 13.986/20, a maior participação do sistema financeiro privado no fomento à produção permitirá o desenvolvimento das operações com a oferta de títulos e valores mobiliários no mercado de capitais.

Instrumento-chave nas transformações tecnológicas e econômicas, o crédito também é necessário nos investimentos ligados às novas demandas do consumidor, como sanidade, saúde e sustentabilidade. Atratividade e participação de investidores estrangeiros e melhoria na plataforma de negociação, transparência ao credor e segurança do crédito são algumas das bases levadas em conta na edição da nova norma.

Há uma importante orientação de preparar o sistema financeiro para um futuro tecnológico e inclusivo por meio de novas plataformas de negociação, transparência e segurança do crédito. Também se vê, ao fundo, a orientação dos órgãos de supervisão de mercado no sentido de ampliar o papel *fintechs* do agro. Isso reforça o redesenho estratégico das instituições financeiras em um ambiente mais competitivo. ■

MODALIDADE FINANCEIRA DA CPR

Com regime bastante alterado diante da evolução de alguns dos seus elementos formadores, essa modalidade da CPR envolve a possibilidade de inclusão de:

- fluxo de pagamento;
- taxa de juros, fixa ou flutuante;
- cláusula de correção pela variação cambial, sendo o credor investidor local ou investidor não residente; e
- garantia de alienação fiduciária sobre bens móveis fungíveis e infungíveis, consumíveis ou não, presentes ou futuros (estoques de *commodities* agrícolas e lavouras).



SHUTTERSTOCK

*Sócio do VBSO Advogados e coordenador acadêmico do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA)


COOXUPÉ

COLHEITA COM MEDIDAS DE PREVENÇÃO À COVID-19

cooxupé

Diante da situação atípica provocada pela pandemia e visando ao bem-estar dos trabalhadores, estão sendo adotadas ações para evitar a contaminação do novo coronavírus.

O PERÍODO de colheita de café na área de atuação da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) teve início com uma série de medidas de prevenção sendo adotadas pelos produtores para assegurar o bem-estar dos trabalhadores, como a importância do uso de máscaras e formas de evitar a contaminação nos ambientes da propriedade rural.

A Cooxupé orientou os cooperados a seguirem os cuidados necessários contidos na cartilha produzida pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Minas Gerais (SENAR MINAS) e pelos sindicatos rurais, que seguem baseados em condutas difundidas pelos órgãos oficiais, entre eles a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Economia (ME).

O material aborda questões envolvendo os cuidados com o processo de contratação da mão de obra, o transporte, os ambientes de trabalho, o uso de máquinas e equipamentos, o uso de ambientes coletivos como refeitórios e alojamentos, a importância do uso de máscaras e a higienização correta e frequente das mãos, entre outros.

Para o presidente da Cooxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo, as orientações repassadas pelo Sistema FAEMG/SENAR MINAS são muito importantes para garantir o bem-estar e a segurança dos cooperados e de todos os trabalhadores envolvidos no período de colheita.



DESTAQUES DA CARTILHA

Um dos pontos principais da cartilha ressalta a importância de restringir a circulação de caminhões, ônibus e *vans*, que devem transportar, no máximo, a metade da capacidade de pessoas permitida em cada veículo, assim como as motocicletas, que devem ter apenas um ocupante. Os veículos devem transitar com as janelas abertas para facilitar a circulação de ar durante o transporte. No embarque e no desembarque de passageiros, é necessário realizar a higienização das mãos com água e sabão e/ou álcool em gel, que devem estar disponíveis.

Outra questão abordada pela cartilha é a necessidade de higienização geral dos veículos e das máquinas (tratores e colhedeiras), principalmente das partes como volante, câmbio de marcha, maçanetas e alavancas, sempre antes e após o uso. A mesma medida deve ser adotada em relação ao uso de implementos de uso individual, como enxadas, caixas plásticas e utensílios para realizar a colheita, que devem ser higienizados antes e após sua utilização.

No que se refere ao comportamento das pessoas, as principais medidas são evitar aglomerações nos locais de trabalho, mesmo no campo e no caso dos refeitórios e dos alojamentos, e manter uma distância mínima entre todos, além de evitar que objetos pessoais como talheres, pratos e copos sejam compartilhados.

"Passamos por um momento muito delicado, mas estamos nos saindo muito bem, adotando medidas efetivas e eficientes. A Cooxupé, como sempre, está à disposição dos cooperados para colaborar de todas as formas a fim de garantir produtividade e qualidade no campo", afirma o presidente.

Além das ações e das orientações em relação à proteção por conta da COVID-19, a cooperativa também sempre auxilia, especialmente no período de colheita, os produtores a adotarem as melhores práticas e medidas para alavancar cada vez mais sua atividade, inclusive sobre a qualidade do café, para que seja possível se beneficiar diante do mercado de café com melhor precificação da saca e mais rentabilidade.

Para conhecer todas as orientações sobre as medidas preventivas adotadas durante o período de colheita, o produtor pode acessar a cartilha no site da Cooxupé: https://www.cooxupe.com.br. ■



COOXUPÉ



AGILIDADE PARA OPERAR COM SEGURANÇA DIANTE DA COVID-19

O Sistema Campo Limpo funcionou com 50% da capacidade por trinta dias, mas as unidades de recebimento retomaram a operação normal após uma criteriosa avaliação.

A AGRICULTURA não pode parar. Ao lado dela, o Sistema Campo Limpo – programa brasileiro de logística reversa de embalagens vazias e sobras pós-consumo de defensivos agrícolas – acompanha a demanda para dar a destinação ambientalmente correta às embalagens utilizadas em cerca de 1,8 milhão de propriedades agrícolas em todo o País. Diante da necessidade de enfrentar um desafio inédito e de proporções globais, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), entidade operadora do Sistema, agiu com rapidez para combater o avanço da COVID-19 no Brasil.

Sempre preocupado em manter a excelência da operação sem se descuidar da saúde e da segurança das pessoas, o Instituto recomendou, em 24 de março último, que as unidades de recebimento operassem com metade de sua capacidade. O Sistema também reduziu em 50% as devoluções agendadas, remarcando as que foram canceladas. As unidades voltaram a operar com 100% da capacidade em 27 de abril, após uma rigorosa avaliação.

Por se tratar de um programa regulamentado – segue as determinações da Lei nº 9.974/00 – e fiscalizado, todas as decisões foram tomadas com aval do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e apoio de diversas Secretarias Estaduais e demais órgãos responsáveis pela fiscalização. "Como interlocutor do Sistema diante dos órgãos públicos, o inpEV discutiu a sugestão com o MAPA para não fazer nada sem o seu conhecimento. O Ministério aceitou e endossou as nossas recomendações. Assim, ficou decidida a operação reduzida por trinta dias", explica o diretor-presidente do inpEV, João Cesar M. Rando.

O sucesso na implementação rápida dessas medidas é o reflexo de um dos principais valores do Instituto, que é a atitude integradora. "Reunir os elos da cadeia agrícola – agricultores, fabricantes, canais de distribuição e poder público – torna possível atingir os nossos objetivos e nos coloca como referência mundial na correta destinação dessas embalagens. No momento atual, contribui para manter o funcionamento do Sistema de forma segura e efetiva", afirma Rando.

CUIDADOS ADICIONAIS

Durante o período de operação reduzida, as unidades de recebimento adotaram cuidados adicionais. Os funcionários trabalharam em um esquema de rodízio, diminuindo a circulação de pessoas, e seguiram as orientações do Ministério da Saúde (MS), como: disponibilidade de recipientes com álcool em gel em todos os ambientes; restrição do acesso e manutenção de distância de segurança entre os funcionários e agricultores; e realização de Diálogos Diários de Segurança (DDS) com as equipes das unidades, garantindo a disseminação de informações e materiais sobre a COVID-19 e formas de prevenção.

Além da recomendação para que os funcionários usassem máscaras em todos os seus deslocamentos, o Instituto transmitiu, também, orientações sobre como agir na unidade no momento de atender os agricultores, orientações estas que continuam valendo após a retomada da operação normal. Os funcionários devem usar máscaras ao recebê-los, explicar os cuidados que a central adotou em relação ao coronavírus, pedir para que os motoristas fiquem no caminhão e enviar os recibos por e-mail sempre que possível, evitando a circulação dos agricultores que antes tinham de ir até o escritório.

RETOMADA DAS ATIVIDADES

A decisão pela retomada das atividades, após um mês, também foi bastante analisada. A natureza da operação e os cuidados complementares adotados mostraram que é possível trabalhar mantendo a segurança e a saúde das pessoas. Durante o período em que o Sistema operou com 50% da sua capacidade, não houve ocorrências confirmadas de contaminação por coronavírus nas unidades de recebimento.

Depois de uma criteriosa avaliação, o Instituto concluiu que as unidades poderiam retomar as atividades integrais de forma segura em 27 de abril último. "As atividades de logística reversa são realizadas em regiões distantes dos centros de convivência social (zonas rurais ou industriais), e os postos de trabalho dos operadores nas unidades já são afastados uns dos outros. Além disso, não há aglomerações, já que o procedimento de devolução das embalagens é feito com um agricultor por vez", ressalta o diretor-presidente do inpEV.

Ao retomar as atividades, as unidades funcionam com portões fechados para reduzir o risco de aglomerações, e todos são orientados a utilizar os ambientes comuns, como vestiário e refeitório, em esquema de rodízio e mantendo a distância mínima de 2 metros. "As medidas adotadas, que incluem informações aos funcionários e aos agricultores, mostram que estamos tomando os cuidados necessários para contribuir com o combate à disseminação da doença. Com isso, o Sistema Campo Limpo continua funcionando com segurança e eficiência", destaca Antonio Carlos do Amaral, gerente de Operações do inpEV.

O Instituto está avaliando em tempo real todas as mudanças de cenário e estabelecendo ações contínuas de segurança, comunicação e educação para garantir que a operação do Sistema Campo Limpo aconteça sem riscos. "Estamos todos juntos, agricultores, revendedores, cooperativas, fabricantes e Governo, trabalhando para preservar a saúde da população brasileira", enfatiza Rando.

CONSCIENTIZAÇÃO E AGRADECIMENTO

O combate à propagação do vírus pelo inpEV inclui, ainda, ações voltadas para a conscientização dos públicos do Sistema Campo Limpo, por meio de campanhas educativas que compartilham informações preventivas. Além de divulgar conteúdos informativos nas redes sociais, por *e-mails marketing* e por aplicativos de mensagens instantâneas, o Instituto desenvolveu materiais educativos sobre a doença para os funcionários (peças para as unidades, conteúdos para os DDS e materiais para as equipes do escritório). "A informação é fundamental para enfrentar a disseminação da COVID-19, e buscamos transmitir esse conhecimento aos colaboradores e a todos os nossos públicos de relacionamento, para mantê-los seguros e motivados", afirma Maria Helena Zucchi Calado, gerente de Sustentabilidade do inpEV.

Como forma de reconhecer o empenho de todos, foi realizada uma ação de agradecimento que consistiu na distribuição de um cartão com um pequeno mimo aos motoristas e aos funcionários das centrais, de recicladoras e de incineradoras, que seguiram trabalhando nesse período. "A ação teve um efeito extraordinário, atingindo não só os colaboradores

da central, que permaneceram produzindo e atendendo os agricultores com eficiência, mas também os motoristas, que são parte essencial do nosso Sistema e de toda a economia brasileira", ressalta Bianca Costa, supervisora da Central de Ituverava (São Paulo), gerenciada pelo inpEV.

Na recicladora Plastibras, a ação também foi bem recebida. "Diante do cenário que todos estamos enfrentando, são os pequenos gestos que fazem uma grande diferença", destaca Tuanny Ketlenn Ludgero da Silva, analista de Qualidade da Plastibras.

MEDIDAS NOS RECEBIMENTOS ITINERANTES

As ações de recebimento itinerante, realizadas em todo o País por associações de revendas com o apoio do inpEV, também seguem novas orientações para garantir a segurança e a saúde de todos os envolvidos. Focados em evitar a transmissão do novo coronavírus, os organizadores devem adotar cuidados como fornecer máscaras para receber os agricultores, disponibilizar álcool em gel para todos e montar a mesa de preenchimento dos recibos de entrega desinfetando-a constantemente com álcool líquido 70%.

As pessoas que organizam as filas devem explicar sobre os cuidados que estão sendo tomados, manter 2 metros de distância entre as pessoas e instruir para que um veículo por vez se aproxime do local de devolução e que as pessoas fiquem em seus veículos durante a operação, evitando aglomeração. ■

CRESCE A PROCURA POR CURSO VIRTUAL DO SISTEMA CAMPO LIMPO

Quando a pandemia de COVID-19 impôs o isolamento social e o trabalho remoto para muitos profissionais, o curso virtual do Sistema Campo Limpo representou uma oportunidade de aumentar os conhecimentos sobre a logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas. Gratuito, o programa de educação on-line teve a sua procura quase triplicada em relação ao mesmo período do ano passado.

Nessa época de quarentena, foram formadas turmas exclusivas de colaboradores de empresas associadas ao Instituto, que puderam contabilizar o curso de Educação a Distância (EAD) como horas de treinamento para funcionários. O curso pode ser concluído em cerca de três horas e oferece informações de maneira ágil e intuitiva. Com a finalização do curso, é possível obter certificado, válido também para que estudantes universitários comprovem horas complementares em cursos de Graduação.

Disponível na internet desde 2007, o curso de EAD permite ao usuário aperfeiçoar e testar os seus conhecimentos sobre a destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas, incluindo informações sobre legislação, funcionamento do Sistema, responsabilidades de cada elo, entre outras. Quem estiver interessado em fazer o curso deve se cadastrar acessando "EAD – Educação a Distância" na área de Educação do site do inpEV (http://inpev.org.br).

> **"O INSTITUTO ESTÁ AVALIANDO EM TEMPO REAL TODAS AS MUDANÇAS DE CENÁRIO E ESTABELECENDO AÇÕES CONTÍNUAS DE SEGURANÇA, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO..."**
>
> JOÃO CESAR M. RANDO

> **"AS MEDIDAS ADOTADAS (...) MOSTRAM QUE ESTAMOS TOMANDO OS CUIDADOS NECESSÁRIOS PARA CONTRIBUIR COM O COMBATE À DISSEMINAÇÃO DA DOENÇA."**
>
> ANTONIO CARLOS DO AMARAL

> **"A INFORMAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA ENFRENTAR A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19, E BUSCAMOS TRANSMITIR ESSE CONHECIMENTO AOS COLABORADORES E A TODOS OS NOSSOS PÚBLICOS..."**
>
> MARIA HELENA ZUCCHI CALADO

UM PROGRAMA EM EVOLUÇÃO PERMANENTE

O bom funcionamento do Sistema Campo Limpo, que ajuda o programa a estar preparado para responder rapidamente a desafios como a ameaça da COVID-19, pode ser constatado pelos números. A quantidade total de embalagens destinadas desde 2002 – início das operações – até abril de 2020 superou as 560 mil toneladas e gera benefícios ambientais, comprovados pela Análise de Ecoeficiência, realizada pela Fundação Espaço ECO.

O mais recente levantamento indicou que, de 2002 a 2019, o funcionamento do Sistema resultou em uma economia de 33 bilhões de megajoules de energia – o suficiente para abastecer 4,7 milhões de residências durante um ano. Além disso, evitou a emissão de 752 mil toneladas de gás carbônico equivalente. Isso equivale às emissões geradas por um caminhão que fizesse 14 mil viagens ao redor do mundo. Para capturar essa emissão se tais viagens tivessem acontecido, seria necessário plantar mais de 5 milhões de árvores.

Essa trajetória bem-sucedida, que torna o Sistema Campo Limpo uma referência mundial em destinação de embalagens pós-consumo de defensivos agrícolas, está baseada, principalmente, na adoção do conceito de responsabilidade compartilhada, estabelecido por legislação.

A Lei nº 9.974/00 e o Decreto nº 4.074/02 (que a regulamenta) definem o papel de cada elo da cadeia agrícola – indústria, agricultores, canais de distribuição e poder público. Cabe ao inpEV como entidade representante da indústria fazer a gestão do programa e promover ações de educação e conscientização, principalmente junto a agricultores. Depois de utilizarem o produto, eles têm a obrigação de devolver, no prazo de um ano, as embalagens lavadas e inutilizadas nas mais de quatrocentas unidades de recebimento de 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. Para facilitar o acesso de agricultores localizados em áreas distantes dessas unidades, são realizados recebimentos itinerantes, de acordo com um calendário previamente divulgado em várias cidades de todo o território nacional.

Os canais de distribuição de defensivos agrícolas devem indicar o local de devolução em cada nota fiscal de compra e dispor de uma estrutura adequada para o recebimento do material. O poder público tem a responsabilidade de realizar a fiscalização e o licenciamento das unidades de recebimento, além de apoiar os fabricantes na promoção de ações de educação ambiental necessárias para o bom funcionamento do Sistema.





SHUTTERSTOCK

REUNIÃO DO COSAG/FIESP

APICULTURA E O USO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

ABERTURA



JACYR DA SILVA COSTA FILHO

Presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp) e membro do Comitê Executivo do Grupo Tereos

Falaremos de uma atividade primordial que tem a necessidade de ser disseminada em larga escala. Percebemos que, quanto mais baixa for a produtividade de uma cultura, maior fica a sua resposta com a polinização. Isso ajudará, principalmente, os agricultores com menos técnicas. Por isso, os dados aqui apresentados merecem uma divulgação ampliada.

Aproveitamos para agradecer aos participantes por prestigiarem, mais uma vez, essa videoconferência. Sobre o tema em pauta nesse evento, realizado em 5 de maio último, na sede da Fiesp, exporemos, a seguir, cinco apresentações e os comentários finais.

PANORAMA DE MERCADO



DANIEL AUGUSTO CAVALCANTI

Diretor executivo da Baldoni

O consumo anual *per capita* de mel é bem restrito no Brasil (60 gramas), bem abaixo da média mundial e da Argentina (240 gramas) e muito longe da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá (acima de 1.000 gramas). Do consumo mundial, 50% vão para o consumo direto, 36% para a indústria (alimentos, farmácia e cosméticos) e 14% para outros modelos (tabaco e ração).

Entre os maiores produtores mundiais, em mil toneladas, estão a China (550) e a Turquia (114), seguidas por Argentina

(76), Irã (70), Estados Unidos, Ucrânia e Rússia (65), México e Etiópia (50) e Brasil (41). A produtividade varia, em quilos por colmeia, entre Austrália e China (100), Argentina e Estados Unidos (35), México (25) e Brasil (15). Os dados são do FAOSTAT (2019).

O volume na produção mundial tem crescido nos últimos anos, mesmo com a dizimação de colmeias. Existe muita fraude na produção, mas produtores brasileiros têm prêmios conquistados em certames internacionais por terem mel de primeira categoria. Isso mostra que podemos melhorar o nosso resultado econômico.

Em milhões de cabeças, temos grandes plantéis de bovinos (215), aves (243) e suínos (42) e altas produções de leite (33 bilhões de litros), ovos de galinha (4,2 bilhões de dúzias) e mel (41,4 mil toneladas). Mas o valor da produção, em R$ bilhões, cai entre bovinos (76,3), aves (53,2), leite (31,9), suínos (13,9), ovos (10,4) e mel (0,5). Todos esses dados são do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Nos últimos dez anos, os seis maiores estados no *ranking* nacional da produção foram: Rio Grande do Sul (17%), Paraná (15%), Santa Catarina (11%), Minas Gerais (10%), Piauí (9%) e São Paulo (8%).

Na apicultura, predominam pequenos e médios produtores. Dentro de uma propriedade rural, essa exploração é a quarta ou a quinta atividade do produtor. Da nossa produção, exportamos dois terços e consumimos um terço.

De 2015 a 2018, o preço do mel vendido valorizou, e as exportações anuais, em mil toneladas, passaram de 60 para 90. Como o Brasil foi o único país a vender o produto orgânico certificado, os países concorrentes copiaram-no, e os preços desabaram. O maior importador são os Estados Unidos, seguidos por Alemanha, Canadá e Reino Unido.

De maneira geral, a cadeia produtiva de mel inicia-se no campo (colmeias e ferramentas), passa pelo apicultor (casa de mel), vai para o entreposto (processamento, embalagem e distribuição) e chega ao varejo, ao consumo final e à exportação. Os elos da cadeia produtiva variam conforme a região.

BRASIL: PRODUTORES E PRODUÇÃO DE MEL

PRODUTOR	Colmeia	Produtor (%)	Produção (%)
Pequeno	50	49,5	17,0
Médio	51 a 200	40,9	43,2
Profissional	200	9,6	40,8

Fonte: SEBRAE

BRASIL: PRODUÇÃO E PREÇO DE MEL

ANO	Produção (toneladas)	Preço (R$/quilo)
2005	33.741	5,02
2007	34.790	5,25
2009	39.030	5,67
2011	41.793	5,96
2013	35.365	7,44
2015	37.849	9,49
2017	41.796	12,33
2019	41.000	7,99

Fonte: IBGE

Nas perspectivas e nas propostas para aumentar o consumo de mel, temos as ações governamentais (legislação e merenda escolar) e das associações (publicidade e exportações).

Trabalhamos para uma legislação mais efetiva com relação à rotulagem, de modo que o consumidor saiba a quantidade de mel existente no produto. O valor é grande no iogurte, na granola e nas barras de cereais. No aromático e no xarope expectorante, há o uso do mel na forma natural e pura.

Podemos incrementar o consumo de mel diário entre os 7 milhões de alunos nas merendas escolares no estado de São Paulo, com influenciadores na mídia direta e nas redes digitais. Hoje, o mundo importa cerca de 700 mil toneladas do produto.

Enfocamos perspectivas de aumento da produtividade com a profissionalização da apicultura. Fortalecidas, as associações poderiam treinar e capacitar produtores para multiplicar a produção.

INFLUENCIADORES NO CONSUMO DE MEL

RAZÕES	PREÇOS	CRITÉRIOS	LOCAIS
Medicamento: 37% Ingrediente: 33% Puro: 29% Outros usos: 1%	Muito barato: 3% Barato: 31% Normal: 34% Caro: 28% Muito caro: 4%	Embalagem: 4% Densidade: 53% Preço: 11% Marca: 29% Nenhum: 3%	Produtor: 33% Supermercado: 23% Farmácia: 22% Vendedor: 12% Barracas: 10%

Fonte: SEBRAE

INTEGRAÇÃO ENTRE AGRICULTURA E APICULTURA



DÉCIO LUIZ GAZZONI
Pesquisador da Embrapa Soja

Perigo potencial para abelhas, os inseticidas são desenvolvidos para matar insetos em maior ou menor grau a depender de uma série de fatores. O nosso desafio é controlar pragas com menor impacto sobre os serviços ecossistêmicos: o controle biológico e a polinização.

Isso depende de uma série de fatores do inseticida: formulação, dosagem, frequência, época, forma de uso, tecnologia e cuidado na aplicação. Trata-se de um perigo potencial. Mas existem conhecimentos, técnicas, atitudes e procedimentos para mitigar tais problemas.

Há uma tabela extraída da Environmental Protection Agency (EPA), dos Estados Unidos, que mostra a alta toxidez da maior parte dos inseticidas para abelhas.

Não há como alimentar a população mundial sem polinização e controle de pragas. O fundamental é promover a integração entre essas duas atividades essenciais. Assim, devemos seguir com rigor as boas práticas agrícolas e apícolas, com a manutenção de diálogo constante entre apicultores e agricultores.

Com o condão de permitir a produção dos produtos agrícolas, a polinização representa cerca de 10% na geração da sojicultura, sem nenhum custo para comprar insumos. Esse ganho vai direto para a renda, a sustentação e a competitividade do produtor.

Precisamos olhar com atenção as vias de exposição do pesticida quando as abelhas estão presentes no campo e no momento de aplicação, a deriva para as áreas circunvizinhas e a aplicação direta sobre as áreas de abrigo e alimentação.

Para diminuir os riscos dos pesticidas para abelhas, cabe: (i) estimular o diálogo e a comunicação; (ii) seguir as boas práticas apícolas e agrícolas; (iii) seguir as recomendações do Manejo Integrado de Pragas (MIP); (iv) observar as recomendações das bulas; (v) evitar aplicações durante o florescimento; e (vi) seguir criteriosamente as recomendações para aplicação, com: regulagem do equipamento, vazão adequada, verificação da temperatura, do vento e da umidade e observação da distância de matas.

A integração entre agricultura e apicultura é um processo ganha-ganha entre o apicultor e o produtor agrícola, com maior produtividade, manutenção do custo e aumento da rentabilidade para ambos.

IMPORTÂNCIA DA POLINIZAÇÃO



CARLOS PAMPLONA REHDER
Diretor da Associação Brasileira dos Exportadores de Mel (ABEMEL)

A polinização é considerada um serviço ecossistêmico fundamental para a manutenção do meio ambiente e a produção de alimentos. Antigamente, as plantações eram menores, com abelhas próximas para fazer a polinização na época da florada. Hoje, o *boom* das floradas é maior, com necessidade de se complementar a polinização comercial.

Existe uma diferença entre polinização ótima e polinização atual. Uma fazenda com pouca mata nativa e sem gestão correta pode apresentar um déficit de polinização. Para aumentar a produtividade, ela terá de aumentar a quantidade de abelhas.

Nos Estados Unidos, os 2,1 milhões de colmeias existentes geram receitas de US$ 319 milhões com aluguéis. Abelhas de todo o seu território vão à Califórnia para polinizar as amêndoas, das quais são responsáveis por 90% da produção mundial. Com uma produção de 100 mil toneladas e um preço de US$ 2,50, o faturamento é de US$ 250 milhões.

Temos muito potencial para trabalhar com as quatro culturas importantes: soja, laranja, café e frutas. Ademais, estudos feitos pela ABEMEL mostram ganhos de produtividade significativos no café, tanto na área de sequeiro, como na irrigada.

Trabalhamos com algumas iniciativas interessantes para a apicultura no Brasil: (i) o curso de habilitação sobre polinização para os aplicadores de defensivos; (ii) a regulamentação para a inclusão nas bulas de defensivos dos riscos com a aplicação

de defensivos; (iii) a inclusão da apicultura nos currículos de Agronomia, Agroecologia, Biologia, Medicina Veterinária, Zootecnia, entre outras; (iv) a inclusão da apicultura como beneficiária no Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), do MAPA; e (v) a integração das cadeias agrícola e apícola na política do seguro rural.

Em termos de polinização, podemos selecionar algumas culturas beneficiadas por tal serviço ecossistêmico (algodão, café, canola, laranja, soja e tomate) e as dependentes (abacate, girassol, macadâmia e maçã).

Os modelos de integração da apicultura com a produção agrícola são, também, maneiras de reduzir a mortandade de abelhas e aumentar a produtividade agrícola. Existem alguns projetos a serem citados, como na Usina São Manoel (Doce Conveniência), na Itaueira Melão REI (3.000 colmeias), na Suzano (integração eucalipto-apicultura) e na Usina Cofco (polinização em cana), entre outros.

Entendemos como muito importante a integração dos apicultores à agricultura, com a inclusão crescente dos produtos de controle biológico no MIP.

PRECISAMOS PRESTIGIAR A POLINIZAÇÃO



CHRISTIAN LOHBAUER
Presidente da CropLife Brasil

Criada em outubro do ano passado, a CropLife Brasil é o resultado da união de cinco entidades: a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), a Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio), a Associação Brasileira dos Obtentores Vegetais (BRASPOV), a Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria (AgroBio) e o Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB).

Um dos temas importantes da nossa agenda é a parte de defesa vegetal. Existe o mito de queda na população de abelhas no mundo, mas dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) de 2017 mostram crescimento. Algumas regiões da China, da Europa e dos Estados Unidos apresentaram queda de polinizadores.

SHUTTERSTOCK



Então, formou-se essa ideia da mortandade de abelhas por causa da má utilização de inseticidas. Nos últimos 150 anos, há dezenove registros de grandes perdas em suas populações. Esse processo não é novidade na agenda internacional. O importante é colocar ciência nos debates desse tema.

Existem publicações de estudos de alto nível feitos por pesquisadores que demonstram que a maior causa de mortandade vem do ácaro chamado varroa, infestador de colmeias e hospedeiro de um vírus fatal para as abelhas.

Do ponto de vista sanitário, é importante controlar a importação ilegal de abelhas e rainhas para evitar a transmissão de doenças de outros países do mundo. Também há os aspectos de mudança de hábitat por causa das variações climáticas.

Depois que o uso de neonicotinoides foi proibido e banido da União Europeia, estudos científicos na França mostram a queda de produtividade em algumas culturas importantes. A legislação começa a ser revisada nessa região. Aqui no Brasil, estamos acompanhamento esses acontecimentos.

Um dos grandes projetos da CropLife Brasil consiste na integração das políticas e das ações entre a ABEMEL e as indústrias. Precisamos usar direito o produto e prestigiar a polinização. A Câmara Setorial do Mel e Produtos Apícolas do MAPA, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) possuem uma série de iniciativas interessantes.

Já os efeitos da pandemia nos setores de defensivos e sementes estão minimizados, pois estes foram considerados como atividades essenciais pelo governo federal. De modo geral, as operações seguem normalmente. Existe uma preocupação do setor com relação aos processos de recuperação judicial de produtores rurais.

SHUTTERSTOCK



APOSTA NA SAFRA 2020/21



LAIR HANZEN
Presidente da Yara Brasil

Com a maior participação individual na composição do custo da lavoura, os fertilizantes enfrentam alguns desafios. Algumas culturas, como o algodão, a cana-de-açúcar e os hortifrútis, foram mais atingidas pela pandemia, assim como o Rio Grande do Sul pela seca. Nesses mercados, os fertilizantes devem apresentar uma queda de 3% a 4%. Nas culturas de soja e milho, os negócios estão se desenvolvendo naturalmente.

O processo do Rio de Janeiro é uma questão de segurança jurídica que afugenta o crédito. Atuamos firme e fortemente com a chegada da pandemia. A Yara está focada nas pessoas, na sociedade e em manter a sua produção e a sua distribuição.

Mantivemos os investimentos com salitre no Rio Grande do Sul (R$ 2 bilhões) e rocha fosfática em Minas Gerais (R$ 5 bilhões), com uma aposta forte de a agricultura brasileira firmar-se no futuro como celeiro do mundo.

O País importa 75% do consumo anual de fertilizantes, em torno de 36 milhões de toneladas. Sugerimos antecipar a compra de fertilizantes para garantir o suprimento para a safra 2020/21, por conta de eventuais problemas nos Portos de Santos e de Paranaguá, onde estão concentradas as importações desse insumo.



COMENTÁRIOS FINAIS



ROBERTO RODRIGUES
Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

Concordamos com as informações sobre a conjuntura de sementes, fertilizantes e defensivos. Os produtores precisam aproveitar esse momento de boa relação de trocas com a compra de insumos para uma grande safra 2020/21. O cenário é favorável, e não podemos jogar fora essa oportunidade.

Sobre a apicultura, os números são realmente impressionantes diante do potencial para aumentar a produtividade de uma série de culturas importantes. Apenas na soja, se aumentarmos em 10% a produtividade, o resultado será formidável. Para isso, não há recomendação mais relevante.

O tema da apicultura, com ênfase na polinização, exige, de fato, uma área técnica e científica, com prestação de assistência técnica para levar informação e profissionalizar a atividade em particular. Trata-se de um grande negócio para melhorar a produtividade, mas que exige muita tecnologia e muito cuidado em relação à aplicação de defensivos agrícolas e outros insumos para agricultura. ■

SEGURANÇA JURÍDICA NO CAMPO



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) reconheceu a aplicabilidade do Código Florestal ao bioma Mata Atlântica.

O MINISTÉRIO do Meio Ambiente (MMA) mudou o seu entendimento anterior com relação à aplicação do Código Florestal, publicando, no Diário Oficial da União de 6 de abril último, o Despacho nº 4.410/20, corrigindo um tema importante que causava um enorme impacto sobre a agropecuária brasileira.

Os dispositivos da Lei nº 12.651/12, que tratam de áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação Permanente (arts. 61-A e 61-B), sofreram, no passado recente, uma interpretação equivocada e tiveram sua aplicação limitada a áreas do bioma Mata Atlântica, sob o argumento de que a proteção desse bioma estaria abrangida por lei autônoma, impedindo o reconhecimento das áreas rurais consolidadas, dispensadas de recomposição pelo Código Florestal.

A Advocacia-Geral da União (AGU), que amparou a decisão do MMA, ressaltou, na sua nova posição destacada no Parecer nº 00115/2019/DECOR/CGU/AGU, que "coexistem os sistemas jurídicos regulados pelo Código Florestal e pela Lei da Mata Atlântica, dada a inexistência de antinomia".

Acertadamente, a AGU e o MMA reconheceram o julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da Lei nº 12.651/12, que declarou a constitucionalidade dos arts. 61-A e 61-B, inexistindo qualquer ressalva de não ser aplicado o Código a determinada fração territorial ou bioma, isto é, deve ser cumprido em todo o território nacional. Além disso, acolheu-se o entendimento consolidado no referido julgamento de inexistência do retrocesso ambiental, com a compatibilização da tutela do desenvolvimento e a tutela do meio ambiente.

O entendimento anterior de que dispositivos do Código Florestal não se aplicavam ao bioma Mata Atlântica estava ocasionando uma série de impactos negativos sobre o setor agropecuário, em relação à interpretação da legislação ambiental, gerando, inclusive, a aplicação de multas ambientais aos produtores rurais.

Nesse sentido, a mudança de entendimento do MMA tem caráter vinculativo em todo o seu organograma, abrangendo, por exemplo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e as suas respectivas procuradorias, que deverão observar a existência das áreas consolidadas previstas na Lei, aplicáveis a todo e qualquer bioma.

Portanto, os produtores rurais que eventualmente foram autuados e têm penalidades referentes a áreas rurais consolidadas no bioma Mata Atlântica poderão requerer aos órgãos competentes a revisão dos autos de infração e o cancelamento das penalidades em decorrência da não aplicação da Lei da Mata Atlântica ao caso.

Essa nova definição do MMA traz segurança jurídica para o setor agropecuário, permitindo que o produtor possa continuar produzindo alimentos com qualidade e produtividade, assim como fortalece o desenvolvimento econômico e social de estados e municípios do bioma Mata Atlântica. ■

ALIMENTO SEGURO PARA O BRASIL E O MUNDO

OS DEFENSIVOS agrícolas percorrem um longo caminho antes de chegar às lavouras. Essas substâncias são rigorosamente reguladas no Brasil e, para conseguirem registro como produto comercial, têm de ser aprovadas por três instâncias diferentes: o Ministério da Saúde (MS) – por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) –, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) – por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – e, ainda, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

"No regulamento [Decreto nº 4.074/02], essa previsão foi atendida pela necessidade de avaliação quanto a aspectos de eficácia agronômica, impactos sobre o ambiente e efeitos à saúde humana", explica a advogada Letícia Rodrigues, especialista em Saúde Pública, mestra em Toxicologia Aplicada em Vigilância Sanitária e doutora em Políticas Públicas.

Por mais de dez anos, Rodrigues ocupou a Gerência de Normatização e Avaliação da Anvisa e afirma que qualquer defensivo, para ingressar no País, necessita de, no mínimo, três registros. "O primeiro registro é o dos produtos técnicos (ingrediente ativo na sua maior concentração obtida em processo industrial); o segundo é dos produtos formulados; e o terceiro é o dos componentes que integram essa formulação", esclarece a doutora.

RIGOR DEMANDA TEMPO E TECNOLOGIA

"Para a obtenção de cada um dos registros, o requerente necessita apresentar testes e estudos para os entes governamentais responsáveis pelas avaliações. Os testes devem ser realizados em laboratórios certificados em Boas Práticas de Laboratório (BPL) e conduzidos de acordo com protocolos harmonizados no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)", diz a advogada. "Essa metodologia de avaliação é seguida por todos os países", destaca.

Os alimentos para consumo disponíveis em feiras e supermercados são objeto de monitoramentos públicos e privados. "Temos um programa federal: o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)", conta Rodrigues.

O MAPA também faz uma análise de resíduos de agrotóxicos, por meio do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal (PNCRC/Vegetal), que coleta as amostras de alimentos diretamente nas propriedades rurais.

O MONITORAMENTO BRASILEIRO É MAIS AMPLO DO QUE O EUROPEU

"Entre 2017 e 2018, o PARA coletou e analisou 4.616 amostras no Brasil – uma média 2.313 por ano. Isso é bem superior à média de 389 amostras por país avaliadas no Programa Europeu de Controle. O número de ingredientes ativos e alimentos vegetais analisados no Brasil também foi maior do que na Europa. "No Brasil, quatorze alimentos foram testados para verificar a presença de 270 ingredientes ativos, enquanto a União Europeia testou dez alimentos para a presença de 169 ingredientes ativos. E, mesmo com um maior número de amostras e produtos testados, apenas 0,89% apresentou potencial risco agudo para os consumidores, segundo a Anvisa", explica Rodrigues. ■



DIÁRIO DE BORDO

QUADRIMESTRE

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

O PRIMEIRO quadrimestre de 2020 mostrou a incrível capacidade que tem o agro brasileiro de se posicionar bem diante de crises.

Num cenário de derretimento da economia em todo o Planeta, ficou patente que as pessoas podem ficar sem comprar sapatos, roupas, eletrodomésticos ou carros, mas não sobrevivem sem comprar alimentos. Em outras palavras, o conceito de segurança alimentar, já um pouco anestesiado na maior parte dos países – em especial, nos desenvolvidos, uma vez que a disponibilidade de comida estava presente no dia a dia –, voltou com força ao cenário internacional, produzindo um possível renascimento do protecionismo agrícola, tendo em vista a necessidade de alimentar as populações urbanas em cada nação. Pelo menos dois movimentos já são previsíveis: por um lado, subsídios à produção agropecuária interna; e, por outro lado, mecanismos que interferirão no comércio agrícola, seja com a proibição da exportação de alimentos, seja tarifando-se as importações de países mais competitivos.

O Brasil precisa preparar-se objetivamente para tais cenários, visto que representam oportunidades e desafios para a nossa ambição de maior inserção internacional do agro.

E, com certeza, a *performance* nacional de janeiro a abril deste ano chamará a atenção dos nossos concorrentes. Isso porque o Brasil foi o único país agrícola importante que aumentou as suas exportações do agro no período. Nos primeiros quatro meses de 2019, o agro brasileiro exportou US$ 29,7 bilhões em números redondos, e, no mesmo período deste ano, o valor foi para US$ 31,4 bilhões – um aumento de 5,7%. Parece pouco, mas, nesse cenário dramático – em que ninguém sabe ao certo o que se deve fazer para combater o vírus, qual é o melhor comportamento a ser adotado (confinamento ou liberação), qual é o melhor tratamento para os infectados, quanto tempo durará a pandemia e quando será o pico dela –, o simples fato de crescer já é notável.

No entanto, os volumes das principais exportações também aumentaram. Em 2019, exportamos 30,4 milhões de toneladas de soja no primeiro quadrimestre e, agora, já exportamos 39,0 milhões – um salto de 28%. Nas carnes, saímos de 2,06 milhões de toneladas, no ano passado, para 2,19 milhões, neste ano – 6% a mais. E, no açúcar, fomos de 4,74 milhões de toneladas para 6,16 milhões – mais outros 30%.

Novamente, a China colocou-se como o nosso maior mercado, saltando de 31,66%, no ano passado, para 37,73%, neste ano. É evidente que o efeito da peste suína africana de 2019 ainda não terminou e segue fazendo daquele grande país um mercado superimportante para o Brasil.

Já para a União Europeia, houve uma diminuição de participação nas exportações brasileiras de 18,58% para 16,37%. O mesmo aconteceu com os Estados Unidos, cuja queda foi de 7,55% para 6,11%.

Só no mês de abril, o total das exportações brasileiras para o mundo todo foi de US$ 18,3 bilhões, e, desse montante, o agro respondeu por US$ 10,2 bilhões, mais da metade, segundo a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (SECEX/MDIC).

Não por outra razão, a expectativa é de que o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária seja de R$ 697 bilhões em 2020, 8,6% maior do que no ano anterior.

E espera-se, também, que o Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária, mesmo com a brutal crise, cresça 2,4% no ano, enquanto o PIB brasileiro sofrerá uma queda ainda não claramente definida, mas significativa. ■

O Brasil foi o único país agrícola importante que aumentou as suas exportações do agro no primeiro quadrimestre de 2020.

PRODUZIR

FORMANDO LIDERANÇAS A PREÇO DE BANANA

ARTHUR KUHN

Graduando em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), coordenador do Comitê de Jovens Lideranças da Sociedade Rural Brasileira (SRB), diretor e fundador da Liga Acadêmica Estudantil AgroMack e membro da União Brasileira dos Agraristas Universitários (UBAU)



NO SÉCULO XX, o Brasil, tal como alguns países da América Latina, recebeu a alcunha de "república das bananas", referenciando um Estado politicamente instável e com a economia determinada pelas bases primárias, em explícita associação ao clima tropical e ao baixo valor de tal fruta. Daí surgiu a expressão "a preço de banana".

Já nas últimas três décadas, a crescente inovação tecnológica e a pesquisa agrícola, somadas aos elevados índices de sustentabilidade, modernizaram o conceito de agricultura tropical. O que temos, hoje, é uma produção cada vez mais sustentável e que incorpora novos métodos e estratégias favorecendo o produto brasileiro, tendo, inclusive, ela – a banana – passado a ser uma *commodity* e obtido uma valorização considerável em relação ao século passado, alavancada pela alta demanda externa.

Diante desse aperfeiçoamento, os jovens universitários passaram a ter um comprometimento maior com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. A tecnologia está impregnada nessa geração desde o berço. Cada vez mais, o acesso à informação e a absorção de conhecimento são céleres para quem está se desenvolvendo, e dessa geração serão formadas as novas lideranças políticas e empresárias para o agronegócio até a metade do século XXI. É impossível prever como, de fato, serão esses tempos, pois estaríamos especulando, sujeitos ao erro. O que podemos, agora, é procurar fazer com que a sucessão ocorra de forma organizada, atentando-nos ao presente e, desde já, aumentando as responsabilidades dos futuros líderes do setor trazendo-os para o debate e instruindo e transferindo conhecimento àqueles que ainda não têm um título de mestre ou doutor, mas que se interessam genuinamente em atuar em prol do setor.

A SRB é pioneira no assunto. Em 2011, instaurou o o Comitê de Liderança e Juventude (CLJ) – conhecido como grupo Rural Jovem e, mais recentemente, renomeado como Comitê de Jovens Lideranças –, com a missão de garantir a continuidade da história de sucesso da entidade, atraindo jovens que tenham vocação e disposição para discutir e implementar políticas em defesa dos interesses da classe rural, abrindo o caminho para que outras entidades fizessem o mesmo. Hoje, o grupo ultrapassa quatrocentos membros integrantes de todas as regiões do País, que se articulam, por meio da entidade, com as esferas pública e privada.

Um futuro CEO deve ser identificado por dominar as habilidades de gestão e geração de lucro. No entanto, quando se trata de lideranças políticas emergentes, precisamos identificar a motivação correta, que deve ultrapassar a esfera do indivíduo e da sua família. Torna-se necessário um acompanhamento profundo dos propósitos do jovem, e, nesse caso, não há que se falar em fortuna e fama, mas na disposição em fazer algo melhor.

Em um cenário onde o Brasil sofre tentando desconstruir a negativa visão externa sobre política, economia e meio ambiente, por mais delicada que seja a formação de novas lideranças políticas, é importante que isso não demande altos investimentos financeiros, e sim atenção e paciência. É um trabalho a longo prazo que demonstra a sua efetividade e, portanto, o seu preço de banana – no caso da SRB, direto do cacho. ■

Em 2011, a SRB criou o grupo Rural Jovem, atraindo jovens com vocação e disposição para discutir e implementar políticas em defesa dos interesses da classe rural.



OPINIÃO

COMO A COVID-19 PODE/ VAI TURBINAR O AGRO?

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

NÃO EXISTEM ainda perspectivas conclusivas sobre a amplitude, a profundidade e a duração da pandemia do novo coronavírus. Nessas circunstâncias, muito raras nas gestões pública e empresarial e na vida privada, o primeiro passo deve ser avaliar as forças fundamentais que moldarão as tendências pós-crise. Ao desenhar o cenário, podemos agrupar e, posteriormente, interligar algumas plataformas de ação.

A primeira plataforma diz respeito à dimensão da pandemia. Esta tem a sua vertente sanitária e os impactos econômicos e sociais. Olhando para os segmentos principais que definem a dimensão do Produto Interno Bruto (PIB), podemos antever que o encolhimento geral da demanda atacará mais os setores da indústria, dos serviços e da construção. Parece que o agro, mais uma vez, sairá, em geral, como beneficiário da paralisação generalizada dos negócios.

A segunda linha de avaliação envolve o equilíbrio entre oferta e demanda tanto no nível internacional, quanto no doméstico. Nesse duplo ambiente, a produção rural apresenta tendências, ao mesmo tempo, aceleradoras e de retração. No contexto global, e focando nos mercados servidos por exportações brasileiras, notamos algumas tendências. A Europa entra no terceiro ano de seca, com diminuição nas principais produções de proteínas vegetais e animais. Os Estados Unidos, fortemente atacados em todas as frentes pelo vírus, já perderam uma parte significativa da sua produção de carnes devido a problemas sanitários nos frigoríficos. Com isso, chegamos à China – principal importador de grãos e carnes –, que, no cenário da oferta, tenta recuperar as perdas significativas na produção de carnes com a continuação da peste suína acompanhada pela gripe aviária.

Do lado da demanda, tanto da Ásia, como dos países árabes, a perspectiva continua tranquila. Nas duas regiões, o pior da pandemia parece ter passado, e suas indústrias e seus serviços encontram-se em franca recuperação. Com uma menor oferta interna e um aumento da demanda, cresce a necessidade de equilibrar os déficits entre as duas tendências. E, nessa combinação, ainda mais com o panorama negativo da capacidade de produção dos principais concorrentes, o Brasil pode contar com a continuação da tendência favorável para as suas exportações.

No ambiente interno, porém, temos um cenário menos promissor. Com o aumento do desemprego, reforçado por um comportamento mais conservador das classes médias, que repensam suas rotinas de consumo e cuidam melhor do fluxo de caixa, é bem provável que, durante um período de doze a 24 meses, a demanda diminua. Consequentemente, os produtores, bem como as indústrias de alimentos, devem focar mais na exportação.

É com esse panorama que o governo de São Paulo programa um evento de comunicação com o mundo: a Agro Expo International, que alinhará esforços e competências de empresas, entidades representativas, missões diplomáticas e instituições de pesquisa num acontecimento com forte integração entre comunicação virtual e encontros presenciais. O desafio da pandemia é previsível; cabe aos atores públicos e privados aproveitarem o momento para avançar uma integração entre produção e consumo e entre as empresas, as entidades nacionais e os parceiros estrangeiros. ■

"Parece que o agro, mais uma vez, sairá, em geral, como beneficiário da paralisação generalizada dos negócios."

REFLEXÃO

UM TESTE PARA A NOSSA CAPACIDADE DE SUPERAÇÃO



MARCELLO BRITO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

DESDE A Segunda Guerra Mundial, a pandemia de COVID-19 pode significar a pior crise global da história. Esta já se alastrou por praticamente todos os países, ceifando milhares de vidas e com um impacto econômico que pode provocar uma recessão sem precedentes. Decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março último, a pandemia mudou a nossa forma de viver e, também, a ordem das seguranças da saúde e alimentar.

Ainda não sabemos os efeitos nefastos dessa enfermidade no longo prazo, mas alguns já começam a aparecer: a dramática queda no Produto Interno Bruto (PIB), na renda e no emprego nacionalmente e em escala global. Além de sustentar suas economias, as nações desenvolvidas terão de montar um pacote de ajuda suficiente para minimizar as sequelas nas nações mais pobres e em conflito. Nessa análise, pesam três aspectos: o estado de comorbidade que afeta uma parcela da população, as mudanças climáticas e o descuido sanitário na produção de alimentos.

Na agricultura brasileira, a crise pode ser discriminada no curto prazo entre dois grupos distintos. No primeiro grupo, estão os produtos voltados para exportação, como grãos e carnes, com mercados beneficiados frente à desvalorização do real perante o dólar. Com isso, suas competitividades cresceram bastante nas exportações. Já no segundo grupo, estão o etanol e os gêneros perecíveis, como frutas, legumes, verduras e flores, mais dirigidos para consumo doméstico, em queda devido ao regime de isolamento: não são usados os carros, os restaurantes foram fechados e as festas e os eventos foram cancelados.

O importante será analisar a dinâmica dos negócios, para a tomada de decisões considerar as forças dominantes no mercado para cada cadeia produtiva: para expansão, estabilidade ou retração das suas atividades.

Uma coisa é certa: uma nova era está em curso, transformando as relações entre pessoas, empresas, gestores e colaboradores. Estamos atravessando um período sensível e desafiador para a gestão de nossas empresas, nossos negócios e nossas vidas. Com o intuito de contribuir para a compreensão desse cenário e entender o tamanho dos desafios, a ABAG realizará, em 3 de agosto próximo, o Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA) 2020 Online, com o tema "Lições para o Futuro".

Como essa crise está afetando os mercados e como o agro poderá contribuir para diminuir esses impactos? Diferentemente de outros setores, a agropecuária não pode parar. Os produtores rurais estão na linha de frente do processo de produção agrícola e são essenciais para impedir que uma crise de saúde se transforme em uma crise do suprimento de alimentos.

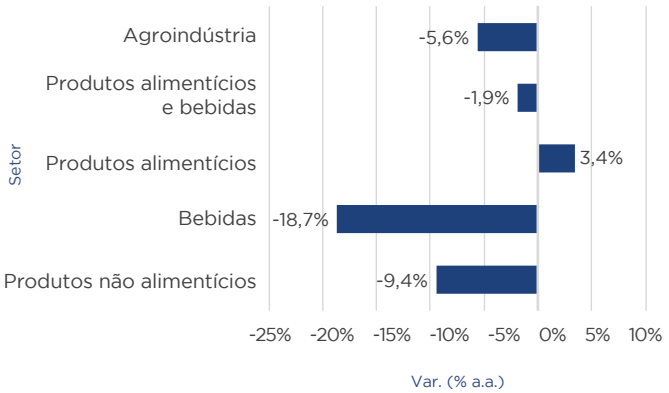
Em paralelo com o surto da pandemia, indicadores de novas tendências surgem para mensurar a produção, a comercialização e o consumo de alimentos saudáveis. Alguns aspectos favorecerão a consolidação desse novo cenário, como a valorização de mercados nas origens da produção, o *e-commerce*, as tecnologias de rastreabilidade, as entregas customizadas e a maior afinidade entre produtores e consumidores. Enquanto a conectividade e a digitalização do campo trarão velocidade nessa marcha, as cadeias produtivas do agro nacional precisarão dessa convicção. É um caminho cercado de desafios, assim como foi o caminho do agronegócio nas últimas décadas. ■

"...a ABAG realizará, em 3 de agosto próximo, o Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA) 2020 Online, com o tema 'Lições para o Futuro'."

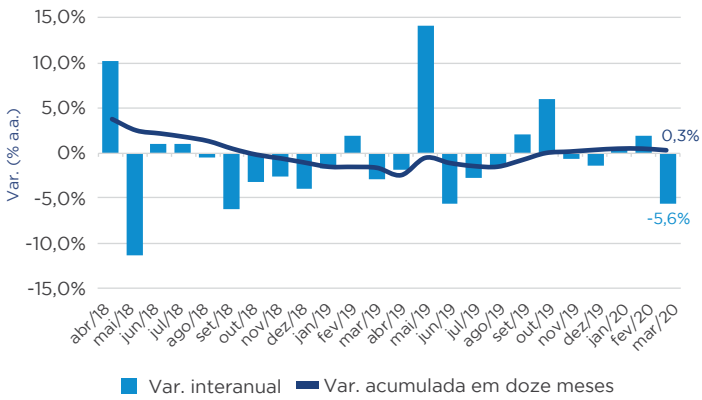
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: MARÇO DE 2020

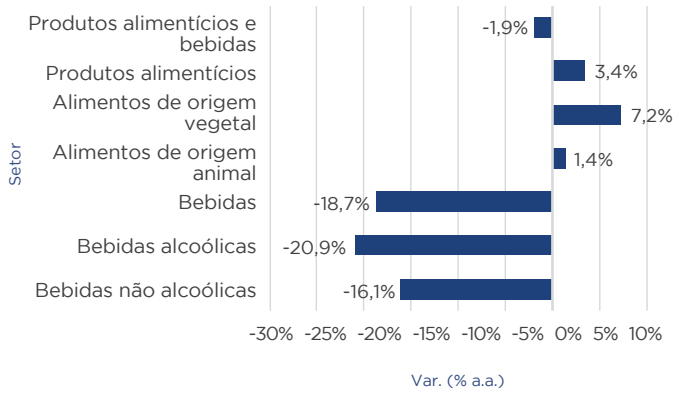
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO EM RELAÇÃO A MARÇO DE 2019



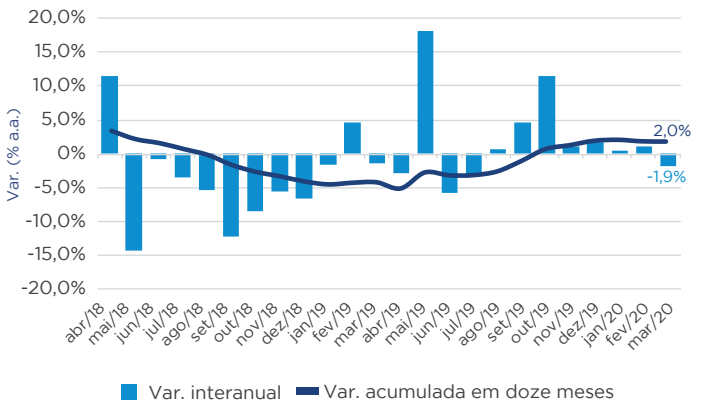
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



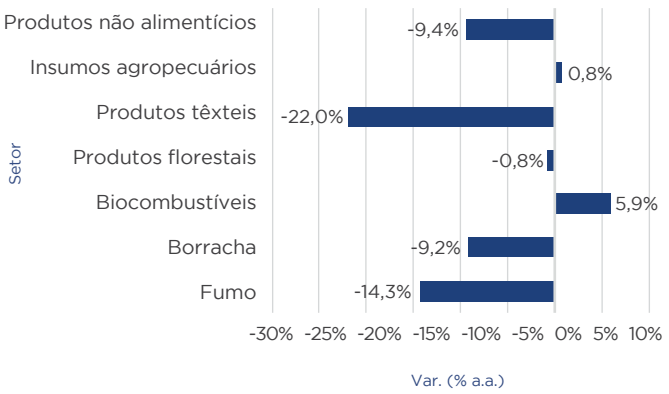
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO EM RELAÇÃO A MARÇO DE 2019



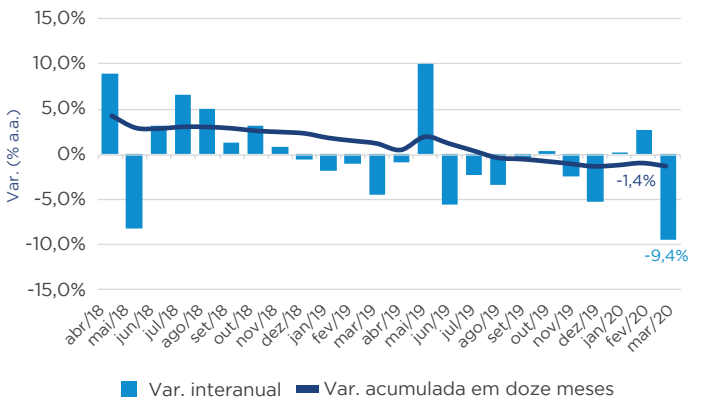
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO EM RELAÇÃO A MARÇO DE 2019



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro

CANAL FGV AGRO

AGRO TALK

SE VOCÊ POSSUI UM **CONTEÚDO RELEVANTE** PARA O **SETOR AGRO** E DESEJA COMPARTILHA-LO COM A NOSSA COMUNIDADE

O FGV AGRO PODE TE AJUDAR!

A **REVISTA AGROANALYSIS** possui um quadro dentro do canal FVG Agro no Youtube. O AGRO TALK.



SEJA ENTREVISTADO PELA EQUIPE DO FGV AGRO!

Envie um e-mail com o assunto "Agro Talk" para contato@agroanalysis.com.br

FGV EESP
FGV AGRO
CENTRO DE ESTUDOS DE AGRONEGÓCIO

AGRO ANALYSIS

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO

LIÇÕES PARA O FUTURO

03 DE AGOSTO 2020

EVENTO ONLINE



www.abag.com.br

abag